

Carta Mensal

História *versus* sistema: Revendo
uma polêmica iluminista de
significado permanente

Arno Wehling

Keynes

Nelson Mello e Souza

O Correio Aéreo Nacional (CAN)

Mauro Gandra

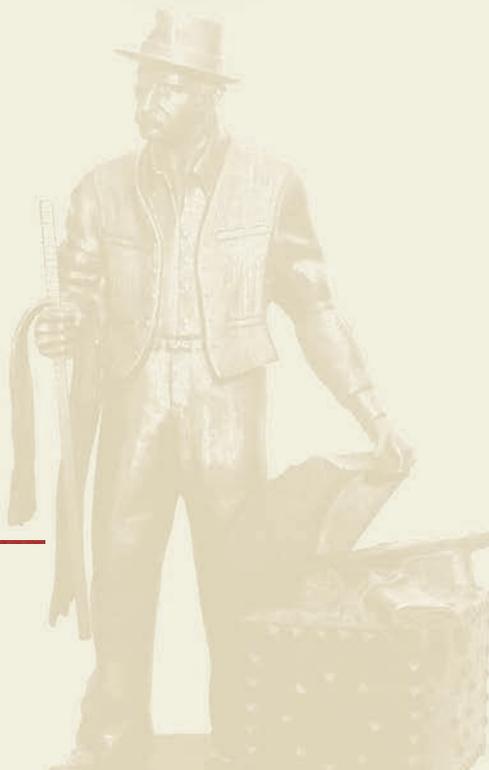
Síntese da Conjuntura

Conjuntura econômica

Ernane Galvão

Janeiro
2017

742



Carta Mensal

Janeiro
2017

742

Conferências proferidas nas reuniões
semanais do Conselho Técnico da
Confederação Nacional do Comércio
de Bens, Serviços e Turismo

Sumário

História <i>versus</i> Sistema: revendo uma polêmica iluminista de significado permanente	4
<i>Arno Wehling</i>	
Keynes	22
<i>Nelson Mello e Souza</i>	
O Correio Aéreo Nacional (CAN)	65
<i>Mauvo Sandra</i>	
Síntese da Conjuntura Conjuntura econômica	80
<i>Ernane Galvêas</i>	

São de responsabilidade de seus autores os conceitos emitidos
nas conferências aqui publicadas.

Solicita-se aos assinantes comunicarem qualquer alteração de endereço.
As matérias podem ser livremente reproduzidas integral ou parcialmente, desde que citada a fonte.

A íntegra das duas últimas edições desta publicação está disponível no endereço www.cnc.org.br.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Janeiro 2017, n. 742

Brasília

SBN Quadra 1, Bloco B, nº 14, do 15º ao 18º andar

Edifício CNC

CEP: 70041-902

PABX: (61) 3329-9500 | 3329-9501

cncdf@cnc.org.br

Rio de Janeiro

Avenida General Justo, 307

CEP: 20021-130

Tel.: (21) 3804-9241

Fax: (21) 2544-9279

ctec@cnc.org.br

www.cnc.org.br

Publicação Mensal

Editor Responsável: Cristina Calmon

Projeto Gráfico: Assessoria de Comunicação/Programação Visual

Revisão: Elisa Sankuevitz, Maria Luiza e Marília Pinto de Oliveira

Impressão: Gráfica Ultrasat

Carta Mensal | Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – v. 1, n. 1 (1955) – Rio de Janeiro: CNC, 1955-96 p.
Mensal
ISSN 0101-4315

1. Problemas Brasileiros – Periódicos. I. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Conselho Técnico.



Conselho Técnico

Presidente

Antonio Oliveira Santos

Conselheiros

Antonio Celso Alves Pereira	José Gustavo de Souza Costa
Antonio Chagas Meirelles	José Luiz S. Miranda
Antonio Paim	José Osvaldo de Meira Penna
Ari Cordeiro Filho	Julian Chacel
Arnaldo Niskier	Léa Maria Sussekind Viveiros de Castro
Arno Wehling	Leonidas Pires Gonçalves
Arnoldo Wald	Luiz Augusto de Castro Neves
Aspásia Camargo	Luiz Felipe Lampreia
Aurélio Wander Chaves Bastos	Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Carlos Afonso Pierantoni Cambôa	Luiz Roberto A. Cunha
Carlos Antonio Bettencourt Bueno	Manoel Pio Corrêa Júnior
Carlos Thadeu de Freitas Gomes	Marco Cesar Meira Naslausky
Célio Borja	Marcos de Azambuja
Cid Heraclito de Queiroz	Marcus Faver
Claudio R. Contador	Maria Beltrão
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Mary del Priore
Eduardo da Silveira Gomes Júnior	Mauro Gandra
Eliseu Álvares Pujol	Meton Soares Junior
Ellen Gracie Northfleet	Nelson M. de Mello e Souza
Ernane Galvêas	Ney E. Prado
Ernesto Albrecht	Olga Côrtes Leão Simbalista
Evaristo de Moraes Filho	Oswaldo Trigueiros Júnior
Geraldo Holanda Cavalcanti	Paulo Bonavides
Harry Adler	Paulo Mercadante
Ives Gandra da Silva Martins	Ricardo Vélez Rodríguez
Jaime Rotstein	Roberto Abdenur
J. Bernardo Cabral	Roberto Cavalcanti de Albuquerque
João Clemente Baena Soares	Roberto Fendt
João Paulo dos Reis Velloso	Roberto P. de Lima Netto
João Ricardo Carneiro Moderno	Roberto Rosas
Joel Mendes Rennó	Rosiska Darcy de Oliveira
José Arthur Rios	Rubem de Freitas Novaes
José Botafogo Gonçalves	Rubens Penha Cysne
José Carlos Barbosa Moreira	Samuel Auday Buzaglo
José Carlos Fragoso Pires	Sergio F. Quintella
José Carlos Soares Freire	Theophilo de Azeredo Santos
	Vasco Mariz

História *versus* Sistema: revendo uma polêmica iluminista de significado permanente

Arno Wehling

*Professor Titular da UFRJ e Professor Emérito da Unirio.
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

Conceber a realidade que nos cerca e da qual fazemos parte como um processo desdobrado no tempo, ou como um conjunto articulado de fenômenos que sempre se repetem, é antigo problema do pensamento que se interroga sobre si mesmo e sua circunstância.

De um lado, a concepção segundo a qual existem valores universais, perenes, que independem das culturas em que florescem. De outro, a concepção que os vê como contingentes, relativos a determinado contexto cultural, historicamente delimitados.

No século V a.C., Sófocles deu vida ao conflito, opondo Creonte, o governante que aplicava a lei civil, à Antígona, que defendia um direito natural, o de dar sepultura ao irmão no território da cidade.

Ao longo do tempo e em diferentes culturas, o choque se repetiu, opondo natureza e história, ritmos naturais e mudança histórica.

No contexto de construção da ciência moderna, conforme se desenvolveu no Ocidente a partir do Renascimento, o problema ressurgiu com intensidade, e a maneira pela qual concebemos a história foi profundamente afetada, dado o triunfo crescente de nova racionalidade científica que se expressava cada vez mais *more geometrico*, com suas experiências, relações quantitativas, induções, métodos e leis.

As origens do moderno interesse pela história encontram-se no século XVIII. As perguntas que nos fazemos sobre o processo histórico e sua explicação ou são as mesmas que se fizeram os iluministas, ou continuam sendas por eles abertas. Assim, só aprofundaremos a reflexão teórica sobre a história se construirmos uma interpretação satisfatória do conhecimento histórico no século XVIII.

O problema central do conhecimento histórico no século XVIII foi, simultaneamente, um dos grandes desafios teóricos do Iluminismo: compatibilizar os fenômenos de sucessão – isto é, aqueles para cujo entendimento era necessário conhecer a evolução, como os históricos e biológicos – com o modelo mecanicista que se tornava rapidamente dominante. O assunto tornou-se fundamental para a epistemologia moderna, transcendendo de muito seu caráter especificamente historiográfico, devido ao inequívoco predomínio do evolucionismo em biologia e do historicismo nas ciências sociais, durante o século XIX.

Procuraremos considerar a questão em seu nascedouro, no século XVIII.

I – Os postulados newtonianos e sua transformação em paradigma

A *Principia Mathematica* de Newton, publicada em 1687, na conjuntura do que Paul Hazard denominou “crise da consciência europeia”, afirmou determinadas conclusões sobre a natureza e o conhecimento científico que rapidamente tornaram-se paradigmáticas no pensamento ocidental: a existência de regularidades nos fenômenos naturais; sua organização mecanicista; seu caráter de totalidade e autoequilíbrio (“alterar um elemento é alterar o conjunto”); a possibilidade de, pela observação e pela experimentação, traduzir cognitivamente as regularidades em leis (princípio de indução).

Todos esses postulados, além das contribuições propriamente físicas de Newton – como a lei da gravitação ou os princípios da termodinâmica –, fazem parte de uma longa trajetória intelectual do Ocidente. Iniciada no final do século XVI com a crítica nominalista do tomismo (aliás, o paradigma anterior, ao qual o newtoniano sucederia), avançaria pela pesquisa renascentista, tomaria um caráter metodológico com o empirismo baconiano (*Novum Organum*, 1620), o cartesianismo (*Discurso do método*, 1637), o matematicismo galilaico (*Diálogo*, 1632; *Discurso*, 1638), até atingir uma de suas expressões mais coerentes e fecundas – embora longe de ser a única – com Newton. A história da ciência, de Koyré a GUSDORF e CANGUILLEM, e a historiografia filosófica já estudaram as vicissitudes desse percurso, cujas marchas e contramarchas registram não apenas conflitos dos intelectuais modernos entre si, mas também em relação à filosofia aristotélico-tomista, ao platonismo, às teologias católica, luterana, calvinista e, *last but not least*, à própria estrutura de poder nas universidades, nas academias e nos governos.

Por motivos de índole variada – epistemológica, metodológica, social, política e econômica –, cuja análise aqui seria ociosa, o pensamento newtoniano, originalmente vinculado à física e sem pretensões de ser uma *Weltanschauung* integral como fora o tomismo, teria o mesmo destino deste. Desde a primeira metade do século XVIII, caminhava-se para esse resultado.

O esquema do cosmos, em função do qual se reunia e se articulava o conjunto do saber, cedeu lugar a um esquema diferente, o da máquina, cuja nova analogia vai, daí em diante, impor-se em todos os domínios.

Menos de um século depois da primeira edição da *Principia Mathematica*, poder-se-ia falar num paradigma newtoniano que pareceu oferecer a chave racional para a explicação do universo e do homem. Newton, *malgré lui*, tornava-se um novo Santo Tomás.

As etapas dessa construção foram relativamente rápidas, especialmente se considerarmos que, ao contrário do tomismo, não havia nenhuma *Summa* que orquestrasse a imensa variedade dos elementos.

O primeiro passo fora da física deu-se com Lineu (*Systema Naturae*, 1735). O fundador da biologia moderna construiu um novo sistema mecanicista com o propósito de aperfeiçoar o de Aristóteles, criticado desde o Renascimento. Utilizando os procedimentos indutivos consagrados e realizando extensa pesquisa, que culminou com a *Philosophia Botanica* (1751), construiu a monumental taxionomia dos seres vivos, classificando-os de acordo com critérios metodológicos que foram extensamente discutidos à época. Criava, assim, o fixismo, contrapartida biológica do mecanicismo físico, segundo o qual a organização dos seres vivos em reinos, classes, ordens, gêneros e espécies obedecia a uma ordem inalterada, desde a criação (divina) do universo.

Dois grandes territórios teóricos, a física do universo e a biologia, encontravam assim explicações globais, análogas, originadas da mesma posição epistemológica, definidas com metodologias semelhantes e que descartavam a intervenção (embora não a criação) providencial. Este último aspecto, aliás, visto por alguns autores como mera prudência, diante das interpretações que autoridades civis e eclesiásticas pudessem dar a tais conclusões, não se resume a isso: há fortes traços de sobrevivência metafísica no pensamento pós-renascentista (em Descartes, por exemplo), e a própria concepção de natureza não deixava de ter em alguns ilustrados, como Buffon, uma leitura metafísica de sentido tradicional, inspirada no catolicismo.

Passou-se, logo, à extrapolação para a sociedade. Montesquieu (*De l'esprit des lois*, 1748) procurou, por meio do estudo documental de sociedades desaparecidas, o “espírito das leis” (jurídicas), as quais apenas refletiam as verdadeiras leis (sociais), que, indutivamente, acreditava poder estabelecer de acordo com um modelo mecanicista. Essa busca das “causas permanentes” que constrangeriam a atividade humana em todas as épocas, típico raciocínio mecanicista, cartesiano e anti-histórico, encontramos também em Voltaire, para quem a utilidade da história estava nas lições sobre a natureza humana, apontadas pela experiência.

Pouco mais tarde, fundou-se, no mesmo diapasão, a economia: Quesnay (*Tableau Économique*, 1758), médico e conhecedor da obra de Lineu, acreditou poder encontrar a dinâmica das relações de produção, circulação e consumo de bens numa analogia mecanicista com a circulação sanguínea do corpo humano. Não menos mecanicista revelou-se Adam Smith, em 1776, quando partiu do axioma da “mão invisível” para justificar suas críticas aos resquícios do mercantilismo,

em *A riqueza das nações*, e para pressupor a existência de uma nova entidade, o “mercado”.

O moderno constitucionalismo e a concepção do fenômeno político surgem nesse mesmo clima newtoniano: tanto nos debates norte-americanos sobre a natureza das relações entre as colônias (federação-unitarismo-confederação), como nas discussões sobre a representação, a organização do Estado político e administrativo e a elaboração legislativa na Revolução Francesa, está presente a crença na engenharia constitucional, por sua vez derivada da *Weltanschauung* newtoniana.

Se o universo, a vida biológica e a sociedade explicavam-se pelo mesmo *metron*, como na visão tomista, havia duas diferenças fundamentais: os fenômenos ocorriam num plano lógico preestabelecido (por Deus, exceto para os primeiros materialistas), em que não cabia a intervenção providencial; a pesquisa científica constituía-se indutivamente, caindo os argumentos puramente lógicos e, evidentemente, os da autoridade, exceto a científica.

II – O problema do tempo biológico e do tempo social

Os problemas indutivos da investigação e a construção mecanicista newtoniana relegaram a um plano secundário o papel do tempo biológico e do tempo histórico, uma vez que estes não se coadunavam com a interpretação absoluta do tempo físico num sistema de forças.

Eram antigos os problemas do conhecimento histórico com a filosofia moderna que emergiu do Renascimento. Bacon, sem desmerecer a história, remeteu-a para a faculdade da memória, encarregada de acumular os dados adquiridos pela percepção, os quais seriam elaborados pelas duas outras faculdades cognitivas, a razão e a imaginação. Aliás,

o armazenamento de dados na memória far-se-ia em duas grandes seções, a da história natural e a da história civil, ou humana.

Descartes partia da certeza de que as “ideias claras e distintas” que autorizavam a descoberta das regras dedutivas típicas da ciência advinham da existência de verdades eternas e imutáveis e que, portanto, se limitavam à matemática e às ciências naturais. Dizia Descartes sobre a história:

“As ações memoráveis (...) a elevação da mente (...) podem até mesmo ajudar a formar um juízo, mas, de qualquer forma, são de pouco valor. Por que estudar a caótica amálgama de histórias pueris sobre o passado e, ainda menos, as paixões e os crimes de nossas escuras origens, quando a razão pode dar-nos as respostas finais e verdadeiras para os problemas que desconcertaram nossos antepassados irracionais?”

Tal tipo de análise implicava considerar irrelevantes as transformações de caráter temporal, todas elas invariavelmente reflexo não mais de uma “essência”, mas de uma “natureza” imutável. Correspondia a uma epistemologia “linear” ou direta, na expressão de Blanché, na qual mudanças dar-se-iam nos estritos quadros de uma estrutura que, embora infinita, era idêntica permanentemente a si própria, com suas regularidades e suas leis matematicamente verificáveis.

Não cabia, portanto, uma epistemologia “sucessiva” que privilegiasse as transformações e admitisse diferenças substanciais entre um estado anterior e outro estado posterior da matéria (ou dos fenômenos), exceto aquelas matematicamente explicáveis numa delimitação mecanicista.

Ora, essa concepção chocou-se, ao longo do século XVIII, com as tendências empíricas que, nos campos da biologia, da geologia e

da história, apresentavam evidências de que seus objetos nem eram apenas dados para posterior tratamento científico, como em Bacon, nem eram informações desconexas incapazes de serem traduzidas em “ideias claras e distintas” cartesianas. Collingwood constatou a questão, ao comentar com ironia que alguns iluministas descobriram que uma máquina não evolui, mas, sim, quebra.

É assim, no século XVIII, particularmente na segunda metade, nesses territórios novos e promissores do conhecimento que se afirma um novo tipo de abordagem epistemológica, profetizado pelo abade Raynal, em 1772: “Se me fosse permitido arriscar uma predição, eu anunciaria que incessantemente os espíritos se voltarão para a história, carreira imensa em que a filosofia ainda não tocou”.

III – Transformismo, evolucionismo e historicismo

No plano intelectual, a lenta, porém, firme consolidação do historicismo filosófico, no século XVIII, e de sua principal criação, a filosofia da história, somente foi possível com o surgimento de um poderoso aliado, o transformismo biológico, origem, por sua vez, do evolucionismo do século XIX.

A pesquisa biológica, que vinha em constante desenvolvimento desde o século XVI, compreendia, no século XVIII, além da anatomia – à qual se adaptava perfeitamente a metodologia mecanicista –, a embriologia, com o estudo das transformações que os animais sofriam no curso de sua existência, do embrião à vida adulta, e os indícios de uma nova área, que somente em 1800 seria ocupada pelo transformismo, quando da publicação por Lamarck do “Discurso de abertura do ano III”.

O novo horizonte teórico da biologia foi sendo delineado à custa da insatisfação com o fixismo de Lineu, que não respondia satisfatoriamente às exigências de que as espécies se transformavam além de um “plano natural” interno a cada uma, gerando a necessidade de conhecer a sua “história natural”, isto é, os elos que poderiam relacionar as espécies entre si.

São numerosos os exemplos desse crescendo transformista no século XVIII, que se voltava, sobretudo, contra as teses criacionistas, apoiadas pelas teologias católica e reformada(s). Buffon, na *Teoria da Terra* (1749), afirmou a evolução geológica do planeta, a partir do estudo de fósseis, tema a que voltaria nas *Épocas da natureza* (1778).

Na biologia, o mesmo Buffon, inicialmente fixista como Lineu, acabaria por refutar aquela concepção, lançando os fundamentos do transformismo, em 1749: “É comparando a natureza de hoje com a de outros tempos e os indivíduos passados que teremos uma ideia clara do que chamamos espécie”.

Os exemplos se multiplicam: Maupertuis concluiria pela mutação genética já na primeira geração, sob influência da alimentação e do clima (*Venus Física*, 1745; *Sistema da natureza*, 1751); Koelreuter mostraria a inconsistência da tese de Lineu sobre a produção de híbridos (*Vorläufige Nachricht von einigen das Geschlecht der Pflanzen*, 1761-1766); Duchesne estudaria novas espécies botânicas obtidas por induzimento (*Histoire naturelle des fraisières*, 1766); Adamson estava convicto da variação das espécies e da possibilidade da criação de novas, pela fecundação ou por fatores naturais externos (*Familles des plantes*, 1763); Erasmus Darwin estudou a domesticação e as condições climáticas como principais causas da variação dos organismos e a sua hereditariedade (*Zoonomia*, 1794). Lamarck, finalmente, transformou num *corpus* teórico completo toda essa tendência de pesquisa.

O transformismo correspondia, sem dúvida, ao fundamental do paradigma newtoniano. Buffon refutava a busca das “causas finais”, para estudar as “relações físicas” e compreender a natureza, que definia como “o sistema de leis estabelecidas pelo Criador”. Recusava, portanto, o providencialismo bíblico e adotava o padrão newtoniano, mas adaptado ao objeto que estudava: caso se limitasse ao mecanismo, terminaria por situar-se em posição análoga à de Lineu, o que suas investigações desmentiam.

Collingwood, referindo-se a Espinoza, caracterizou bem o problema:

“Espinoza admitiu que tudo na natureza faz um esforço para se manter no seu próprio ser (...) Para uma ciência evolucionista da natureza, esse ser de qualquer coisa na natureza é o seu fazer-se, a sua *fieri*; e uma ciência desta espécie deve, portanto, substituir a proposição de Espinoza pela proposição de que tudo na natureza tenta preservar-se na sua própria função: continuar o processo de desenvolvimento em que, pelo próprio fato de existir, já está implicado.”

Fundava-se, pois, uma variante transformista/evolucionista do paradigma newtoniano, paralela à variante mecanicista.

O debate contemporâneo do historicismo, iniciado por uma imperialista e abrangente “filosofia da história”, cujo objetivo era descobrir regularidades e leis do processo histórico, circunscreveu-se aos limites epistemológicos do padrão newtoniano, com exceção dos solitários Vico e Herder. Com eles, sentiu-se a necessidade de uma alternativa para assinalar a diferença formal em relação ao conceito mecanicista de sistema, delimitando-se em um território específico para a análise do homem em sociedade: o território da história ou da cultura. Nada mais coerentemente iluminista do que a “descoberta” da dicotomia natureza/cultura, se pela expressão entendermos *lato sensu* as correntes

intelectuais das duas metades do século XVIII, e não apenas a fase inicial, predominantemente cartesiana e newtoniana. Subordinadas ambas às mesmas ideias gerais da *Weltanschauung* newtoniana vitoriosa, admitia-se, porém, com o crescente conhecimento de povos “exóticos” que as viagens e os relatos dos exploradores traziam de todo o mundo – basta lembrar a presença dos “selvagens”, “primitivos”, da questão das “raças” etc. em Montesquieu, Rousseau, Kant ou Hegel –, a existência de fenômenos particulares, subcategorias que, ao mesmo tempo em que distinguiam povos e culturas, apontavam para uma mais ampla unidade (e destino) do gênero humano.

Cabe, aqui, introduzir a questão do efetivo papel do conhecimento histórico no Iluminismo. O tema foi colocado inicialmente por historiadores (inclusive da filosofia), que destacaram o caráter anti-histórico do pensamento ilustrado, como se ele fosse mero desdobramento do cartesianismo. Ernst Cassirer e Paul Hazard reagiram contra essa interpretação, procurando demonstrar a importância que se atribuiu, no século XVIII, aos estudos históricos, quer à erudição, quer à sua compreensão mais ampla. Croce refutou a ambos, argumentando que os eruditos faziam um trabalho que não afetava as teses do racionalismo e, quando propunham alguma interpretação filosófica, o faziam “como racionalistas”; quanto a Vico, o próprio esquecimento a que fora relegado por um século seria demonstração inequívoca do caráter anti-histórico do Iluminismo.

Parece claro que, no afã de justificar o Iluminismo, Hazard e Cassirer realmente minimizaram o caráter anti-histórico do racionalismo, mas é preciso dar nuances à questão.

Em primeiro lugar, distinguindo o Iluminismo (diante da história) até cerca de 1760-1770, isto é, até que se constatasse a insuficiência do mecanicismo para explicar os fenômenos biológicos e históricos

do desenvolvimento posterior, que redundaria, com os primeiros, no transformismo, e, quanto aos segundos, na filosofia da história (e, logo, no historicismo romântico/erudito e na ideologia do progresso).

Em segundo lugar, reconhecendo que, em qualquer desses momentos, o conhecimento histórico – como o da biologia transformista – foi corrente dominada pelo racionalismo filosófico e pelo mecanicismo, apenas adensando-se no segundo momento.

Em terceiro lugar, admitindo que o abrandamento da crítica iluminista à história, na segunda metade do século XVIII, não se deu apenas por motivos epistemológicos (reconhecimento da existência de um território intelectual em que falhara a explicação atemporal), mas, sim, pelo fato de filósofos (do “progresso”) ou historiadores, em número já significativo, estarem abandonando os resquícios providencialistas de explicação da história (e seu equivalente, o criacionismo biológico), calcada em Bossuet, para ampliar as críticas do racionalismo ao domínio teológico em matéria filosófica, física ou moral. Levaram-se, logo, as teses racionalistas às suas últimas e lógicas consequências: a elaboração de uma nova teoria do conhecimento, de uma nova ética (Kant) e de uma nova compreensão da história (Kant e Hegel).

Foram, entretanto, Vico e Hegel que lançaram os fundamentos do historicismo e da ciência histórica, como foi, quase sempre, concebida no século XIX. Para tanto, tiveram sucesso (pelo menos no plano teórico) ali onde os filósofos racionalistas da história, como Montesquieu ou Voltaire, fracassaram: solucionando o problema da sucessão.

A contribuição de Vico, a despeito de sua escassa influência no século XVIII, o que é exemplo da força das concepções iluministas, consistiu na afirmação de dois pressupostos ontológicos em relação ao homem individual e coletivo:

- a) Não existe uma “natureza humana” essencial e permanente, presente em todos os homens, como queriam os iluministas. Ou, de forma positiva: existe uma permanente ação dos grupos humanos para relacionar-se com a natureza física e os outros homens, gerando contínuas e ininterruptas mudanças e produzindo o que chamamos “história”;
- b) Essas relações são fenômenos que se cristalizam em padrões de pensamento, linguagem, arte, leis, instituições, cujo conjunto possui determinadas características, próprias a cada grupo social, e que consiste na “cultura”.

Especialistas em Vico apontam na questão da cultura a origem dos famosos *corsi* e *ricorsi* do autor: o desenvolvimento das culturas far-se-ia de acordo com certo padrão, para cuja morfologia combinava a concepção cíclica grega (Políbio, em especial), com a escatologia cristã (agostiniana e tomista).

Foi justamente no aprofundamento da questão da cultura que Vico encontrou a solução para contestar o mecanismo predominante. Se a cultura, movida pela história, encontra-se em permanente mudança, a sucessão de relações deve possuir alguma inteligibilidade.

Por quê? Porque toda ação humana, motor daquelas relações, tem características teleológicas: a vontade individual e dos grupos sociais direciona-se para o atendimento de necessidades e interesses desses agentes culturais. Vico retira, assim, todo caráter aleatório e fragmentário aos fenômenos sociais, recusando, ao mesmo tempo, seu caráter causal (quer numa relação mecanicista, quer num sentido metafísico) ou providencial. Quase dois séculos depois, Weber, trabalhando sobre um método alternativo ao marxismo, daria solução

semelhante para explicar a ação dos agentes sociais, restabelecendo, para fins operacionais, a noção de causalidade.

As relações sociais, ao longo do tempo, constituem, assim, a história, fruto da cultura. A inteligibilidade da história seria, pois, profundamente diferente daquela da natureza. Nesta, o filósofo ou cientista consideraria um objeto exterior a si mesmo e à sua experiência, por isso, podendo fazê-lo *more geometrico*, com a observação e as leis newtonianas. Na história, o objeto interior é o próprio homem, exigindo a autocompreensão. Os meios para atingir esta autocompreensão, mesmo de culturas diferentes da sua, o homem os adquire com o conhecimento de todas as manifestações do povo estudado, e não apenas de sua expressão intelectual: daí a importância da linguagem, do mito e de todos os demais testemunhos da experiência histórica (das relações sociais) da cultura considerada.

Bem interpretá-los consiste em desvelar os motivos e interesses dessas ações de indivíduos, grupos e instituições que constituem a matéria-prima da história. Como esses fins não são sempre aparentes aos próprios homens, é preciso estudar as manifestações culturais, em geral, para encontrar o significado mais profundo da sucessão histórica. Essa busca para encontrar o significado da linguagem, do mito e das demais manifestações culturais constitui o objeto da *Ciência Nova* – significado, aliás, inteiramente relativo à própria cultura considerada, e não a um padrão geral qualquer (filosófico, estético). Nesse sentido, Vico beneficiou-se da discussão que lhe foi contemporânea, entre os defensores do classicismo na literatura e nas artes, adeptos de padrão intemporal “humano” e seus críticos “históricos”, optando decididamente por estes.

O paralelo com Voltaire é inevitável. A diferença entre ambos está em que, apesar de seu amplo interesse por tudo que seja “social” nas manifestações humanas, o pensador francês não sairia das fronteiras do mecanicismo, ambicionando conhecer o homem em termos cartesiano-newtonianos. Vico, ao contrário, deu uma opção epistemológica (que embasaria parte substancial do historicismo posterior) ao anátema lançado por Descartes contra o conhecimento histórico. E o fez afirmando não só a especificidade e a irredutibilidade dos fenômenos históricos a um modelo mecanicista, mas também atacando a própria teoria do conhecimento racionalista: à alternativa entre um conhecimento dedutivo *a priori* e indutivo *a posteriori*, Vico acrescentou nova forma cognitiva, a da “reconstrução imaginativa”. Ela consistiu na compreensão das culturas estudadas por meio da captação – por um procedimento que denominou “fantasia” – das categorias simbólicas que se expressam em todas as manifestações culturais.

Explica-se, assim, seu interesse por fontes do conhecimento histórico, como a literatura, as lendas e os mitos, além da própria língua.

Ao contrário do pensamento anterior sobre o tema em suas diversas vertentes, Vico não considerava esses símbolos reflexos mutáveis de uma realidade imutável, o que seria atitude cartesiana. Ele considerava – e aqui consiste sua originalidade em relação à cultura e à história – as representações simbólicas como parte do real, e elas próprias em permanente mudança. A sucessão, portanto, era a única realidade histórica que definia o homem como ser cultural, sendo inútil conferir-lhe uma essência ou a natureza intemporal.

A obra de Herder, meio século mais tarde, teria penetração muito maior do que a de Vico, em sua época e em seu meio, por motivos que não cabem discutir aqui. Fundamentava-se, contudo, na mesma perspectiva “vitalista” da cultura e da história e afirmava a unidade de cada cultura ou civilização, a abordagem do historiador pela empatia (*Einfühlen*), e não pela análise, e a relatividade dos valores e símbolos à sua própria realidade cultural.

Quanto ao problema que consideramos, via a sucessão histórica como um processo autossustentado pelas realizações humanas, a partir da satisfação de suas necessidades, mas amoldadas às respectivas *Weltanschauungen*: nada, igualmente, de natureza humana, razão histórica, valores absolutos, direito racional, padrão universal ou númenos, o que explica seu conflito com o racionalismo puro de Kant a propósito da história.

Como destacou Berlin, também Herder entendia o conhecimento histórico como algo perfeitamente objetivo, e não subjetivo, mas submetido a regras diferentes daquelas da filosofia racionalista, ou seja, uma combinação de saber erudito e imaginação empática.

Sua crítica ao racionalismo é bem exemplificada no conhecido reparo a Montesquieu, a propósito da classificação deste sobre os tipos básicos de instituições:

“(...) três desprezíveis generalizações (...) a história de todas as épocas e povos, cuja sucessão constitui o grande e vivificante trabalho de Deus, reduzido a ruínas, nitidamente divididas em três montões (...) Oh, Montesquieu!”

Algumas observações sobre o percurso posterior, o triunfo e a crise do historicismo e a permanência do problema da sucessão

Para a colocação do problema como ele se fez no século XVIII, houve duas soluções, igualmente satisfatórias, pelo historicismo oitocentista.

Na sua vertente reducionista, apenas substituiu ao mecanismo um evolucionismo tão “sistêmico” e esquemático como aquele: a sucessão de “fases” e “transições” que caracterizou as grandes concepções metodológicas do século XIX, como o positivismo, o evolucionismo e o marxismo, nos seus variados matizes, nos quais a diferença em relação ao ponto nodal – o rigor da lei científica – era apenas de grau e não de natureza.

Nessa explicação, a dinâmica evolutiva não mais é dada pelo autoequilíbrio do sistema, mas pelo atrito entre seus elementos: a sociabilidade insociável de Kant, a dialética de Hegel, a luta de classes de Marx ou a teoria do conflito em Comte e Spencer.

Na sua vertente culturalista, enraizada em Vico e Herder, atingido o neokantismo e, daí, Weber, Aron e Veyne, porém, chegou-se mais longe, ao afirmar-se um “território ontológico” próprio à cultura, dinamizado pela intenção (teleológica) dos agentes sociais e recuperável metodologicamente para os historiadores pela *Einfühlung*, pelo conceito ou pela tópica (as soluções propostas não são unívocas nem sequer inequivocamente cristalinas).

Mas o problema permanece em aberto: nenhuma das soluções disponíveis é plenamente compatível com as interrogações que, na virada do século XXI, são feitas ao conhecimento científico, em geral, e histórico, em particular. O problema da sucessão, à luz das

transformações epistemológicas contemporâneas, coloca-se, agora, de forma radicalmente diversa daquela que, com a aplicação do paradigma newtoniano, ocorreu no Iluminismo.

É uma das tarefas da epistemologia histórica contemporânea.

Palestra pronunciada em 11 de outubro de 2016

Keynes

Nelson Mello e Souza

Ex-Chanceler da Universidade Estácio de Sá;

Membro da Academia Brasileira de Filosofia.

I

São muitas as tonalidades da verdade. Refratadas por variações de fé religiosa, cultura, posição de classe, características individuais modeladas por códigos de valores aprendidos, desde o berço, com a própria linguagem, essas tonalidades assumem cores e matizes difíceis de prever.

Atribui-se a Goethe a observação – que, aliás, a sociologia do conhecimento confirmou 150 anos depois –, de não ser a leitura feita pelos olhos, mas, sim, pelo conjunto da vida, dos valores que o processo educativo constrói em nosso espírito, para, desse conjunto dinâmico, surgir o ser que somos. É ele quem lê, interpreta e seleciona.

Não será por outra razão que intolerâncias de todos os tipos formam o quadro cubista das reações sociais. Resultam da dinâmica dos absurdos

consolidados em monopólios de certezas. Seu retrato sem retoques é o que nos revela a história. Julgo oportuna essa observação, pois ela é adequada à resposta que vem sendo dada à obra magna de Keynes, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, publicada em 1936.

De um lado, muitos a consideram o mais influente texto sobre teoria econômica do século XX; outros a desprezam, como coletânea disparatada de tolices e argumentos não comprovados. Em meio a conclusões radicais, prosperam as intolerâncias.

Quando de sua morte, o *Times* de Londres o chamou de homem de gênio, cuja influência mundial só poderia ser comparável à de Adam Smith. Economistas famosos, como Alvin Hansen, Joan Robinson, Piero Sraffa, G. D. H. Cole, R. F. Harrod, John Kenneth Galbraith, Raúl Prebisch, Skidelsky, atualmente, e tantos outros concordam com o *Times*.¹

Sua análise do mercado livre indicou a perseverança de flutuações no nível do emprego e no da propensão a investir. Os clássicos também não foram míopes ao fenômeno das flutuações. O que os separava era o fato de Keynes nele ver a norma, tornando o pleno emprego fenômeno raro, meramente circunstancial, enquanto os clássicos o viam como exceção, corrigível por si mesmo, já que, para eles, a oferta gera sempre sua própria demanda.

Se adicionarmos ao desencontro de vistas suas conclusões sobre a possibilidade de esses níveis de “desequilíbrio” não serem autocorretivos, tendo certa capacidade de permanência, podendo “equilibrar” a economia em qualquer patamar objetivo de produção, renda e subemprego, vamos perceber sérias divergências entre seu pensamento e o dos clássicos, o que justifica considerar suas ideias sob o nome de “revolução keynesiana”.

A conclusão sobre a ausência de supostos mecanismos autocorretivos no sistema era, sem dúvida, heterodoxa. Mas, quando proposta por um confesso e declarado antissocialista, tratava-se de algo *sui generis*.

Acima de tudo, porque o fato o leva a defender a ampliação das funções do Estado, seja como indutor da demanda agregada, seja como regulador das normas dentro das quais o jogo econômico deve ser conduzido pela classe empresarial, aproximando-o, de certa forma, das ideias de quem ele tanto desconsiderava e, até mesmo, desprezava, Karl Marx.

Nessa posição crítica de Keynes, sobressai o que para os clássicos era heresia econômica: a revelação de brechas graves na coerência do sistema do livre mercado.

O curioso nos ataques a Keynes pelo pensamento ortodoxo em defesa do livre mercado era o fato de Keynes não rejeitar nem mesmo distorcer a validade dos mecanismos centrais do mercado. Ao contrário. Via no jogo anônimo dos preços, em processo constante de autoajuste, os únicos indicadores econômicos válidos para uma economia industrial complexa. O Estado jamais poderia substituir essa função estratégica. O mercado, para ele, continuava sendo o mesmo sistema anônimo de ações propositivas, em que se articulavam os incentivos e os indicadores de decisões indispensáveis sobre investimentos. Sua diferença com os clássicos é não ver nenhum ajuste automático no mercado para contornar e corrigir abusos de “sobreinvestimento”, “erros de cálculo” individual ou mesmo coletivo, muito menos ações para corrigir as distorções dos períodos críticos. Os agentes econômicos simplesmente erravam, e seus erros tinham um preço social alto em relação ao problema que mais preocupava Keynes: sustentar os níveis de emprego.

Keynes, portanto, considerava essencial uma economia de mercado, “desde que” o Estado não se mantivesse alheio. Sendo um corpo institucional político, o Estado não tem condições de assumir, como sustenta o socialismo planejado, os encargos da produção, inovação e distribuição dos bens e serviços necessários à vida. Estes teriam de ser a função do setor privado, agindo sob a orientação do mercado. Impossível ao Estado regular artificialmente preços, de costas voltadas para custos e rendimentos marginais. Mas seria instituição estratégica para, sem substituir o mercado, ajustar a competição, estimular investimentos, objetivando corrigir e proteger sua harmonia funcional.

Sua crítica, portanto, a nosso ver, dirige-se aos que teorizam sobre a necessidade de o mercado ser “livre” para poder encontrar seus pontos de equilíbrio instável, sempre oscilante entre perdas e ganhos dos agentes. Toda a eficácia do sistema estaria em garantir esse processo sem nele jamais intervir ou regular, porque, em sua continuidade, o ajuste seria encontrado.

Para Keynes essa “liberdade” envolve riscos para a harmonia da vida. E a prática do cotidiano, com suas flutuações imprevisíveis e crises cíclicas, era comprovante objetivo e real do custo social dos desacertos.

Destarte, sem regulamentações, difícil prevenir a ação de forças internas desequilibradas em seu poder recíproco. Como força anônima, cenário de acertos e desacertos individuais, socialmente indiferentes, a dinâmica do mercado necessita do apoio externo para não violentar a ética do bem comum.

Essas teses passaram a ser vistas não só como histórica e objetivamente corretas, senão também como decorrentes da mais completa análise do capitalismo moderno.

II

De outro lado, economistas de não menor valor e reputação a rejeitam, considerando incorreta essa postura. Tratam-na como imprecisa, falsificadora, projeto de linhas socialistas, com indisfarçável perfil “Fabiano”, distante da verdade histórica, porque, no mundo real, sem utopias socialistas, o Estado é o campo de ação de políticos privilegiados, blindados por leis que eles mesmos elaboram para sua autoproteção como grupo, agindo em função da dinâmica do poder, com sua lógica populista estrutural e sua dose de corrupção real.

Entre esses teóricos, é válido destacar os nomes de Lionel Robbins, de Friedrich Hayek, principalmente, e seus seguidores, de Milton e Rose Friedman, atualmente, com sua influência sobre a chamada “Escola de Chicago”, e o de muitíssimos outros. Cerram fileiras compactas, ombro a ombro, contra as teses e posições de Keynes.² Consideram-na, como qualquer socialismo sorrrateiro, o “rumo da servidão”.

Alguns, como Henry Hazlitt, vão mais longe. Não discutem Keynes ideologicamente. Preferem combatê-lo usando os instrumentos da pura lógica econômica. Em sua leitura, esses críticos veem uma obra obscura, vaga, imprecisa, plena de obviedades e falácias, além de conclusões econômicas inadequadas. No caso específico de Hazlitt, este autor não resiste a fulminá-la com o conhecido dito: “O que nela é original não é verdadeiro, o verdadeiro não é original”.³

Esse lado da crítica sustenta ser inviável uma economia complexa, como a moderna, funcionar sem o “livre mercado”, porque só em condições de “plena liberdade”, sem interferências deformantes do Estado, ele pode cumprir seu papel econômico de regular os preços, orientando consumo e investimentos. O que se vê nesses estudiosos é sua fé absoluta no jogo solto das forças do mercado. Elas podem

ser ocasionalmente disfuncionais, mas são estruturalmente funcionais, acima de tudo, por serem autocorretivas. Qualquer interferência, portanto, só pode ser artificial e danosa.

Essa persistente e duradoura controvérsia sobre o valor da obra de Keynes é bem resumida por Paul Samuelson. Em conhecido paradoxo, esse professor famoso a considera obra obscura, mal escrita, pobremente organizada e pedante, mas... uma obra de gênio!⁴

III

Iniciemos com uma indagação concreta: como vivemos hoje, neste início do novo milênio? Resposta: tentando nos recuperar de trágica e duradoura crise funcional do sistema capitalista.⁵

Pode-se ir além, afirmando que a violência e o alcance desta crise não tiveram precedentes no passado.

A grande depressão de 1929, cujos efeitos foram igualmente mundiais, não pode ser comparável ao que ocorreu a partir de 2008. As condições da época eram outras. O mundo e principalmente a população urbana, a mais duramente afetada, eram bem menores, correspondendo a pouco mais de um quarto da atual. Basta dizer que a maior cidade brasileira na década de 1930, sua capital, o Rio de Janeiro, tinha pouco mais de um milhão de habitantes, e a “favelização” ainda era fenômeno raro, indicando o caráter eminentemente rural do emprego.

No mundo de ponta, a economia, ainda insatisfatoriamente globalizada, carecia do volume, do nível de interdependência e da integração global que existe nos dias de hoje. Relembremos: naquela época inexistiam computadores, celulares, energia solar e atômica, viagens diretas e rápidas em trens de alta velocidade ou em grandes aviões. O

comércio oceânico era feito em navios de pequena tonelagem, lentos, a mover uma produção que não chegava a um décimo da atual. A tecnologia moderna das comunicações dava seus primeiros e tímidos passos, e, principalmente, não existiam as facilidades de controle que hoje derivam das conquistas da cibernética.

O livro básico de Keynes, publicado em 1936, deve ser entendido no contexto daquela época tecnologicamente precária e, além disso, ideologicamente turbulenta, em comparação com 2008, porque a depressão das economias ocidentais teve como efeito a proliferação do ideário socialista soviético, bem como a tentativa fascista de resposta. Nesse contexto, o livro pode ser percebido como análise corretiva do sistema capitalista, mas dentro da lógica do mercado. A competência do Estado era apenas indutora da demanda global, em processo de anemia estável. Seu objetivo, portanto, era claramente de cunho não marxista e não totalitário.

O que oferecia à meditação dos “seus colegas economistas”, como o diz na parte introdutória, seria um orientador objetivo e lúcido para questões da prática econômica, das causas das crises e das flutuações no nível da demanda global e do emprego, cujo objetivo era o de corrigir a miopia dos clássicos, entendidos como escritores de outra época.

Keynes faz questão fechada de não dar à sua obra perfil ideológico. O que tenta é um retrato fiel, matematicamente sustentado, da verdade econômica, jamais de arma para lutas entre regimes políticos alternativos.

Não obstante, a ideologia corria no corpo da década de 1930. E o valor prático de suas teses orientou a política econômica na década seguinte, ajudando a conceber formas de acelerar a retomada do

desenvolvimento industrial das economias devastadas pela guerra, com o fim principal de contornar o avanço do stalinismo.

Não menos importante, no quadro armado por esse confronto de sistemas sociais, era preparar os formuladores de política para iniciar o desenvolvimento industrial das sociedades retardadas, ou subdesenvolvidas, presas fáceis do marxismo – vide a China de Mao Tsé-Tung –, razão pela qual Prebisch o adotou como eixo teórico importante para acelerar o desenvolvimento das economias da América Latina.

Como resultante do êxito da resposta do Ocidente à crise dos tempos, o fim da guerra foi a origem de uma época de prosperidade. A dívida desse sucesso tem perfil keynesiano, o que não pode ser disfarçado.

Porque, bem ao contrário do período após a Paz de Versalhes, o esforço da década de 1940 foi caracterizado por impressionante volume de ações econômicas, politicamente organizadas pelos Estados vencedores, por meio de investimentos maciços. Constituiu o chamado “Plano Marshall”, proposto basicamente pelos norte-americanos, para induzir o aumento da demanda agregada e do volume de emprego na Europa devastada. Ninguém esperou pela resposta do mercado livre! Em consequência, as economias europeias, inclusive a alemã, recuperaram-se e progrediram rapidamente.

Foi no embalo dessa recuperação, ganhando impulso concreto em fins da década de 1940, que o mundo pôde atravessar sem maiores oscilações a conturbada década de 1950. O fortalecimento progressivo das economias capitalistas, na maré montante do pós-guerra, durou até, pelo menos, a década de 1970.

Na ação corretiva e estimulante do uso de recursos públicos, encontrou-se a saída para o Ocidente ameaçado. Uma vez logrado o

objetivo central, com a recuperação consolidada, o Estado recuou. As empresas e os investimentos privados, devidamente incentivados, passaram a garantir o sucesso da economia de mercado na Europa.

O fim dessa época deveu-se, em grande parte, à ação deformante da chamada Guerra Fria, influenciando no espírito dos tempos e na distorção dos investimentos. Seu colapso coincide com um novo abalo na economia mundial. Foi decorrência do estrangulamento inflacionário, ocasionado pelo aumento artificial do preço do barril de petróleo, e de outros pequenos desacertos ligados a descontroles fiscais e monetários, provocados por necessidades da Guerra Fria. Sabemos, e alguns de nós sentiram na própria vida, a gravidade do problema criado pelo cartel árabe dominante, em retaliação política ao apoio do Ocidente, especialmente dos Estados Unidos a Israel.

A crise derivada estimulou a busca de alternativas, transformando a década de 1970 em um período de perplexidades. Os fatos entrelaçados favoreceram o retorno, na década seguinte, dos defensores do neoliberalismo.

Era imperativo tentar algo diferente do que existia. Pareceu necessário baixar juros, aliviar a carga tributária das empresas e liberar o setor privado das regulações e controles do Estado. Era imperativo um “Estado mínimo” para que a economia, limitando seus programas sociais, pudesse mobilizar capitais de modo a reagir, reativando o crescimento ameaçado.

A resultante foi considerar obsoleta a visão estatal de Keynes. Decisivo era ativar o chamado “círculo virtuoso”, que só o mercado livre poderia garantir. De um lado, aproveitando melhor; de outro, criando, mediante inovações, oportunidades de investimento e emprego.

IV

Nos primeiros anos, tudo pareceu responder bem às novas visões econômicas. Mas 2008 chegou. E chegou na forma de um duro golpe para essa linha de propostas.⁶ A despeito de toda a experiência adquirida, desde a década de 1930, e da eficiente operação de instituições reguladoras internacionais, criadas a partir dos acordos de Bretton Woods, aliás, com inspiração de Keynes, não foi possível garantir o “círculo virtuoso” por mais de 15 ou 20 anos.

A crise de sobreinvestimento, por um lado, e de especulação grosseira por ausência de regulação, por outro, acabou surgindo. A despeito de alertas de economistas de certo perfil neokeynesiano quanto à potencial crise, não foi possível conter a onda neoliberal. Ela explodiu entre falências e desespero de pequenos poupadores, não sendo possível aos profissionais responsáveis, no embalo sedativo de seus lucros acumulados, nem mesmo prever sua eclosão. Sendo repentina, foi também devastadora. Como consequência, a babel decisória e a derrocada do sistema econômico atingiram a todos com a violência de uma erupção vulcânica, “de repente, não mais que de repente”.

Houve um corre-corre precipitado. Para quê? Para que o Estado agisse rápido, antes que todo o edifício desabasse!

Entre medo e pânico, tornaram-se suspeitos os fundamentos econômicos do neoliberalismo. Com a empresa privada tendo de ser resgatada do fundo de sua própria ruína, pela mão salvadora do Estado, tornou-se estratégica a necessidade de um *aggiornamento* da teoria dominante. E o fantasma de Keynes voltou a assombrar os defensores do mercado livre, sobretudo porque o outro lado da crítica, tanto a proposta pelo marxismo, quanto a apresentada pelo nacional-

-socialismo, ambas ativas na agenda da *intelligentzia* revolucionária da década de 1930, não mais podia sequer ser cogitada em 2008!

O capitalismo teria de salvar-se a si mesmo sem recorrer a utopias fracassadas.

O socialismo, em todas as suas variantes, e, mais ainda, o fascismo demonstraram ser uma escola de equívocos econômicos graves e uma sementeira de políticas obscurantistas, conduzidas por ditadores de formação cultural medíocre, dotados apenas de calamitosa ânsia de poder.

Destarte, a preferência para salvar a democracia, a justiça social e as liberdades públicas, nas linhas já contidas nas velhas propostas de Keynes, tornou-se aceita. É o que se pode ver nas múltiplas explicações da crise e do capitalismo atual, em obras marcantes como a do Prêmio Nobel Joseph Stiglitz, que nos serve de referência, e a da nova sensação teórica dos tempos, Thomas Piketty.⁷ Todas elas fizeram parte de um debate construtivo que se prolonga até hoje, centrado na velha preocupação de Keynes: garantir a melhor distribuição da renda. Seria a forma necessária para regular o fluxo dos investimentos, equilibrando os níveis de emprego e aumentando a viabilidade da indução corretora do Estado.

Obviamente, denunciou-se a capacidade autorreguladora do livre mercado.

V

A própria história moderna era enfaticamente inconsistente com as virtudes sociais do mercado livre. Fatos e mais fatos se reuniam na odisséia da vida cotidiana, mostrando como a dialética do poder diferencial fazia do trabalhador, das mulheres e até das crianças uma

nova versão do sistema escravo. Eram de difícil sustentação prática as teses autocorretivas da chamada “mão invisível”. A história vinha revelando sua transformação na “mão de ferro” do poder discricionário sobre a vida e o destino de milhões.

Desde o século XIX, tornou-se evidente o equívoco de manter o Estado apenas como um regulador da ordem pública, um agente da defesa nacional, da educação pública e das obras de infraestrutura essenciais, deixando ao setor privado o controle e a organização das relações de trabalho, dos níveis de emprego e da dinâmica da produção. Pouco a pouco, foi tomando corpo uma nova visão política, em função dos desacertos acumulados.

Não foi por outro motivo que, desde meados deste mesmo século, o Estado começa a intervir, de modo claro, regulando processos e firmando leis restritivas. Seu início mais evidente foi com a fiscalização das condições do trabalho. Criou-se, na Inglaterra, com inevitável expansão, mais adiante, a outras economias industriais, um setor da “inspetoria de fábricas”.

Os relatórios dos inspetores foram alarmantes na descrição dessas condições. Eram os famosos “livros azuis”, que tanto serviram de subsídios às denúncias de Marx. Deles, surgiu a necessidade e ulterior estímulo para leis de segurança, proteção, condições sanitárias, proibição do trabalho infantil, regulação do feminino e diminuição do horário de trabalho. As ações intervencionistas do Estado foram aceitas como socialmente necessárias. E passaram a avançar em seu alcance, por intermédio do maior protagonismo dos bancos centrais. Cuidou-se da previdência social, do apoio ao desempregado, da fixação de limites mínimos do salário, da licença-maternidade, do imposto sobre a renda e de outros ordenamentos sociais. Todos foram sendo introduzidos, ao longo do tempo, na vida das sociedades.

Por outro lado, como toda concorrência tem sempre um vencedor, não foi descartado o fato de a dinâmica do sistema gerar a chamada “competição imperfeita”. Constatou-se ser complicada, sem graves consequências sociais, a indiferença ante acertos oligopólicos, manobras especulativas fraudulentas, fusões e incorporações, tentativas de monopólios privados, num conjunto de manobras que definiam o jogo do poder em favor das grandes corporações.

O objetivo desse capitalismo maduro tornou-se evidente, desde fins do século XIX: controlar preços, custos, redes de distribuição e até a forma de serem absorvidas as inovações tecnológicas, em evidente violação pragmática ao funcionamento “livre” do mercado.⁸

Conter esses abusos do poder econômico se ajustava até mesmo às propostas que surgiam no campo da filosofia. Desde as primeiras meditações sobre o sentido real da “liberdade”, já se admitia, como parte da lógica social, que cada um de nós tivesse sua liberdade limitada pela liberdade alheia. O mesmo princípio teria de ser aplicado à dinâmica econômica do setor privado. Ela teria por limite o interesse social, ou estaríamos a viver num novo tipo de sociedade hobbesiana!

Prosperou a tese do chamado “Estado do bem-estar”, com suas economias reguladas, leis antitruste, fiscalização de medicamentos e do asseio na manipulação de alimentos *in natura*, coibição de abusos contra o assalariado, garantia de negociação justa, ampliação do direito de voto e de participação política, com apoio geral à mulher etc.

O ano de 2008 serviu para confirmar a validade dessa tendência histórica de aumento das funções do Estado, porque a única forma de se enfrentar a crise foi com a ação imediata e enérgica do poder público, especialmente por intermédio do chamado Federal Reserve, que assumiu a responsabilidade das respostas corretivas e desejadas

por todos. Recursos públicos foram usados e manejados em volumes assustadores, para tentar equilibrar o setor privado em processo de bancarrota, levando ao desemprego geral.

As opções constantes da postura defendida por Hayek ante as crises, a de “esperar pela resposta automática do mercado”, posições que surgiram agitando controvérsias na década de 1930, não foram nem mesmo cogitadas, em vista da pressão urgente de 2008. Parecia evidente não haver nenhum mecanismo inerente ao sistema capaz de reequilibrar e anular os desacertos ocorridos. Esperar seria fatal. Aliás, a respeito dessa espera, Keynes observara, lá pela década de 1930, que, “a longo prazo, estaremos todos mortos”.

Não parecia haver dúvidas: a fúria demolidora da crise não seria contida, se o Estado não agisse rapidamente. E, de fato, agiu. De imediato, foram transferidos bilhões de dólares para o setor financeiro em colapso. O processo seguiu adiante, com aumento descomunal da dívida pública. Mais ainda. Distorções morais de setores da elite financeira culpada mostravam que o egoísmo individual, louvado como o engenho invisível do mercado livre, não podia ser a marca ética de sistema algum.

O que se viu, fartamente noticiado pela imprensa, foram muitos dos grandes executivos, os chamados CEO (sigla de *Chief Executive Officer*), num triste paradoxo comportamental, enriquecer ainda mais com a crise, transferindo para suas contas particulares, como “bônus” garantidos por contrato, volumosos repasses do Estado destinados a compensar as perdas por eles geradas. Ante a derrocada geral, exigiram ganhos de “produtividade”. E pior, os receberam. As exceções foram poucas.

A saída acabou sendo, pelo menos, encaminhada. Mas sofremos suas consequências até hoje. Sua herança maldita, especialmente em termos de descontrole da dívida pública, ainda não foi corretamente digerida nem mesmo pela poderosa economia norte-americana.

A crise continua seu caminho difícil, com soluções em atropelo e aos tropeços. No fundo, tenta-se seguir o ideário teórico constante do diagnóstico keynesiano. Completamente inviável seria esperar respostas inerentes ao sistema do livre mercado para sair por si mesmo da crise por ele gerada. Portanto, o ano de 2008 voltou a fazer das soluções de Keynes objeto de citações, respeito e referências.

VI

John Maynard Keynes nasceu em 1883. Simbolicamente, foi o mesmo ano da morte de Karl Marx e do grande esteio cultural do nazismo alemão, Richard Wagner.

Filho de uma família de respeito, ciosa de seu valor histórico, declarava que a origem do nome “Keynes” remontava à era de Guilherme o Conquistador. A despeito dessa origem, nunca chegara a pertencer à elite decisória inglesa. Quem acabou firmando a fortuna da família, tornando-a segura, socialmente penetrante e bem mais respeitada, foi seu avô, Neville Keynes, de quem herdou o nome. O pai seguiu o mesmo rumo, agora em aberto. Manteve o nível de prosperidade da família e alargou seus contatos sociais. Pôde educar o filho no melhor colégio inglês, Eaton, colégio da aristocracia. Contratou governantes alemães, que ensinaram o idioma ao menino.

De Eaton, Keynes, brilhante aluno de Humanidades e Matemática, logrou facilmente uma bolsa de estudos para o King’s College, o

melhor de Cambridge, tradicional centro de estudos fundado pela Casa Real inglesa, no século XV.

Como era costume da classe alta, entrou como membro de uma sociedade secreta de alunos, os chamados “apóstolos”. Nela, ingressou com o número de ordem 243. Fez amigos importantes no convívio favorecido por essa sociedade e seu culto secreto. A ela pertenciam, entre outros, os filósofos Bertrand Russell, cuja família tinha sua origem na antiga aristocracia inglesa, e G. E. Moore. Mais adiante, Ludwig Wittgenstein foi convidado a unir-se a eles.

Escolhidos pela excelência intelectual, os participantes desse grupo altamente seletivo desenvolveram forte sentimento de superioridade em relação ao comum dos homens. Sob a construção dessa ideologia de desdém, o jovem Keynes consolidou o sentimento de ser um privilegiado da inteligência, destinado a grandes tarefas. E, de fato, ele o era. O próprio Bertrand Russell afirmava entre amigos que Keynes tinha uma inteligência superior. Jocosamente, dizia que, todas as vezes em que com ele discutia, saía com gosto de derrota.

Tornou-se um homem magro, alto e elegante, dono de verve lúcida e sofisticação retórica, com grande poder de convencimento nos debates e nas discussões frequentes que mantinha. Seu estilo de ser era acidamente crítico e perturbadoramente irônico. Gostava de debates. Mas era afável. Acima de tudo, simpático, muito simpático para com seus pares e amigos.

Inicialmente, não estudou Economia. Sua preferência inicial foi pela Filosofia, sendo um seguidor do ceticismo quanto à condição humana, implícito no *Principia Ethica*, de G. E. Moore.

Nesse traço intelectual, está contida sua aversão a ser um “especialista”. Basta dizer que, quando começou a dedicar-se seriamente à matemática, não descuidou de seus estudos da filosofia medieval. Estudou o vibrante século XII, sendo um admirador do grande polemista Bernardo de Citeaux, mais conhecido pelo mosteiro criado por ele em Clairvaux, santificado pela Igreja Católica como “São Bernardo”. Como estudante, fez um trabalho sobre a visão de mundo de Pedro Abelardo, outro famoso pensador, ativo polemista, perseguido por seus amores com Heloísa.⁹ Foi na filosofia que Keynes formou sua mente e seu sentimento de busca objetiva da verdade.

Importante também foi sua participação ulterior num grupo de jovens artistas e escritores, chamado Bloomsbury Group. O nome derivou do lugar em que viviam e se reuniam. A esse grupo alegre, hedonista, de moral contestadora e antivitoriana, pertenciam Virginia Woolf, G. E. Forster e aquele que veio a ser seu amante por toda a juventude, o artista plástico Duncan Grant. Keynes pôde conviver com seu hábito homossexual, com aparente aceitação de todos. Não sofria qualquer restrição, ao contrário do que ocorrera com o homossexual Oscar Wilde, na década de 1890, perseguido e condenado à prisão pela sociedade.

Keynes tinha, à época, pouco mais de 20 anos. Começava sua vida profissional como professor, mostrando uma vocação especial para a matemática, agradando àquele que começou a transformar a economia numa ciência matemática, Alfred Marshall, seu velho e querido mestre.

Foi Marshall que o induziu a estudar economia. Em 1909, com o apoio do mestre, passa a escrever em jornais, assumindo posição no magistério, como professor de Economia na Universidade de Cambridge. Logo adiante, torna-se responsável pela editoria da revista *The Economist*. Entra para o governo. E, como funcionário público, servindo no Departamento da Índia, já dispunha de base teórica sufi-

ciente para lidar com o sistema monetário dessa grande e importante colônia inglesa. Recebeu como encargo escrever um texto sobre o tema. Foi seu primeiro trabalho de economia.

VII

Cabe-nos, agora, indagar: como era o mundo em que se formou Keynes? Quais as tendências da época, sua turbulência, seu clima mental?

Parece importante acompanhar sua trajetória na vida, a mentalidade dominante e a forma como esse filósofo de origem acabou revelando irretocável vocação para a matemática e a economia.

No início do século XX, a Europa era um cadinho de mudanças culturais. As propostas libertárias assumiam aspectos novos para os padrões de uma sociedade ainda sujeita à influência carismática da aristocracia.

Não era nem foi uma época fácil.

Nela, gestou-se tanto o capitalismo corporativista moderno quanto a cultura polimorfa e moralmente relativista do Ocidente. As contradições nasciam, numerosas, desde o nome que a batizou, “Belle Époque”, nome que escondia culpas não registradas.

Por isso, os olhos dos grupos decisórios, inclusive os de Keynes, não se voltaram para o outro lado da Lua, para os deserdados da sorte, os trabalhadores mineiros, os operários, os pobres sem rumo e sem apoio que encheram a literatura inglesa, desde Dickens, culminando na literatura francesa de Émile Zola, nem se voltaram para os que inundavam os portos de embarque para fugir da fome e do desemprego, migrando para as Américas e a Austrália.

Keynes teve como referência apenas certos segmentos da classe média e da elite burguesa, os empresários, professores e políticos que se preocupavam com a gestão da economia. Sua preocupação com os operários que migravam para os guetos da gigantesca Londres, a Londres das fábricas, com suas chaminés a vomitar o *fog* amarelado que envolvia a cidade, era apenas relacionado ao dilema do emprego. O sentido do *savoir-vivre* era bem evidente em Keynes, sendo igualmente o estilo dominante de seu grupo e de seu encaixe no tumulto dos tempos. A vida real do pobre, ele não conhecia; e o drama do operário só o preocupava como fator de desequilíbrio social.

Era no mundo refinado que se sentia à vontade, esse jovem e admirado professor, financista de sucesso, que aumentara sua fortuna com a especulação de papéis na Bolsa de Valores, John Maynard Keynes.

Era uma época de fé cadente, definida pela transição cada vez mais rápida das coisas. A eletricidade, simbolicamente marcada em seu início pela inauguração do Palácio da Eletricidade, celebrava o novo século. Foi uma espécie de referência nessa acelerada transformação da época. Mas havia muito mais para marcar o efeito alucinante das inovações em cascata.

Por exemplo, pouco antes, em 1897, Pissarro pintara o quadro “Boulevard des Italiens”. Retratava o alvoreço do trânsito. Nele, não se vê um único automóvel. O que se vê são carruagens de luxo, puxadas a cavalo, tentando encontrar seus espaços, umas esbarrando nas outras. Dez anos depois, não mais que dez anos depois, o automóvel já domina as cenas urbanas, como se observa nas fotos da época, e os cavalos vão sendo aceleradamente substituídos por bicicletas.

A arte e a literatura refletiam a voragem das contradições feitas de fé no progresso, de um lado, e de angústias, medos e incertezas, de

outro. Autores como Ibsen, Hermann Hesse, Musil, Gide, Conrad, Joyce, Thomas Hardy e o Thomas Mann dos *Buddenbrook*, todos contemporâneos de Keynes, transmitem-nos essa desorientação dos valores, na busca ansiosa de sentido. O mesmo atormentava um gênio literário, então, anônimo e desconhecido, que veio, com sua obra, a definir em simbolismos esclarecedores essa angústia dissolvida na *malaise* espiritual dos tempos, Franz Kafka.

Foi o apogeu dos paradoxos existenciais, porque o desalento, talvez perplexidade ostensiva, convivía com a euforia dos modernistas, como Marinetti ou Boccioni. Com a alegria vaporosa das noites, no cançã descontraído que sabia reunir senhores respeitáveis, vestidos a rigor, com seus risos e charutos. Adotou-se, para as novas danças de salão, o tango argentino, revelando a lascívia nada discreta dos tempos. O *speculum mundi* era o espelho de Narciso. Legitimava-se o reinado de Eros, o lado boêmio da vida que um importante setor da arte entendia como legítimo. Não foi outra a razão para o Moulin de la Gallette, local público e alegre, inspirar três artistas diferentes: Renoir, em seu início; o trágico e solitário Van Gogh, em sua consolidação; e Picasso, na sua época mais efusiva, os 1900.

Tempos da publicidade em cartazes desenhados por Toulouse-Lautrec, das *belles de nuit*, penumbrosas em seus mistérios, do início da ideia burguesa de “férias”, com seus banhos de mar, como vemos no texto de Thomas Mann, *Morte em Veneza*. Tempos de rupturas radicais na arte, com Picasso, Braque, Oskar Kokoschka, Kandinsky, Nolde, Gustav Klimt e tantos outros.

Grandes hotéis vão surgindo, concentrando os elegantes, a vida social, tal como registrada por Pierre-George Jeannot, na tela “Um jantar no Ritz”. Além de outros de alto luxo, como os da cadeia dos Carltons, dos Claridges, dos Savoy.

Proust, que só foi lido realmente após a Primeira Guerra Mundial, reflete essa época por inteiro.

Na filosofia e na ciência social, nomes como Bergson, Nietzsche, Hebbel, William James, Dilthey propõem novas aberturas epistemológicas. Tempos de consolidação do pensamento sociológico, com Durkheim, Weber e Le Bon. Nos Estados Unidos, surgem os primeiros números da *American Sociological Review*, sob a edição responsável de Albion Small. Tem boa receptividade a obra de Lester Ward, com novas propostas para se entender a formação social das psicologias individuais; pouco adiante, Thorstein Veblen inova com a análise institucional da economia, propondo novas formas de entender o consumo, não mais como necessidade atendida, mas como “forma conspícua” de afirmação do *status* e de projeção no mundo social.

Freud, Adler e Jung unem-se às novas visões do homem, propõem a ideia do “inconsciente” e abalam os alicerces de muitas crenças antigas sobre a religião, afirmando as bases não racionais do pensamento humano. Mostram as dissonâncias do ego, envolvido sobre si mesmo, em complicado novelo psicológico.

Coisa que os amigos de Keynes, os literatos e artistas do Bloomsbury Group, realizavam em seu cotidiano de reflexões e publicações, sob a inspiração e o alento de Virginia Woolf.

A música é atingida em cheio por essa revolução estética de formas e filosófica de conteúdo. Mahler, Stravinsky, Schoenberg, Scriabin, de um lado, Ravel, Debussy, Eric Satie, de outro, formam, com seus pares, um conjunto de inovações que, certamente, poderia, na década de Chopin, apenas meio século antes, inspirar cenas de horror estético e levá-los ao repúdio social.

Ravel, em “La Valse”, marca esse clima mental e espiritual de fim do século XIX, como fenômeno súbito, um “fantástico rodopio do destino”.¹⁰

Realmente, um mundo morria, outro nascia, no embaralhamento das perspectivas, nos desacertos do progresso, na melancolia de um estranho sentimento paralelo de decadência.

A temporada do *ballet russe* de Diaghilev, em Paris e em Londres, insere-se nessa avalanche de rompimentos. Inicialmente, provocou protestos irados. Acabou sendo aceito como um êxito retumbante.¹¹ Artistas de enorme talento, mas ainda não de todo famosos, foram identificados por esse empresário de gênio e contratados para desenhar os cenários e figurinos, compor músicas especiais e imaginar coreografias audaciosas. Tudo novo. Tudo inesperado, tudo mudando valores e formas de ver.

Stravinsky compõe os “Ritos da Primavera”, sem enredo, retratando cultos arcaicos e ritos sacrificiais. Fokine concebe sua realização coreográfica num escandaloso balé, sem ponta e sem sapatilha, iluminado pela poesia corporal de Nijinsky, e muitos cenários são desenhados por artistas jovens, como Picasso.

Para a vida de Keynes, o *ballet russe* foi decisivo. Marcou sua grande paixão: a prima bailarina Lidia Lopokova, com quem se casou. E casado ficou pelo resto da vida, abrandando bastante suas velhas práticas homossexuais e cultivando sucessivos encontros com artistas de todos os tipos.

Rupturas radicais eram propostas em tom eufórico por movimentos de renovação da arte, que faziam questão de nomes de batismo reveladores do sentido do movimento. Em tradução livre, são “Os

Cavaleiros do Inesperado” (*The Blauer Riders*), “A Ponte” (*The Bridge*, ou *Die Brücke*) e, principalmente, um bem direto: a “Secessão”, sob a liderança de Gustav Klimt. Este inclusive é simbólico de tudo o que se propunha. Realmente, tratava-se de uma ruptura.

As propostas renovadoras da arquitetura, lideradas por Walter Gropius e Otto Wagner, transformam as fisionomias das grandes cidades e chegam ao longínquo Brasil, por intermédio de um de seus discípulos, Le Corbisier.¹²

O fato de haver sido Keynes uma personalidade disposta a não aceitar versões dogmatizadas de condutas, seguramente, teve algo a ver com as transformações radicais do capitalismo industrial e com o clima espiritual renovador e contestatório da época.

Keynes era um filho de seus tempos, um rebelde com causa, por ser um crítico da economia do passado, a economia dos clássicos. Fez questão de, declaradamente, no início de seu livro, indicar sua intenção de romper com ela.

Como a liberdade de escolhas comportamentais e a nova glorificação do indivíduo eram traços que se tornavam comuns, pôde sustentar, sem nenhum constrangimento, suas preferências homossexuais.

VIII

Seu maior desafio, nesses anos em que se consolidava como economista político, veio com a crise do após Primeira Guerra Mundial. Keynes foi convidado para ser um dos principais consultores da delegação inglesa às negociações de paz.

Desde logo, tornou explícita sua completa discordância em relação às opiniões e inclinações da maioria das autoridades presentes. Não podia entender a atitude revanchista dos vencedores, que se revelou nas cláusulas constantes do Tratado de Versalhes. Não era racional, muito menos político, esmagar economicamente a Alemanha e a Europa Central. Decisão que só faria estimular respostas autoritárias, pois o principal, naquelas sociedades derrotadas, era a crise de emprego, quando toda uma geração regressava do *front*. O emprego sempre foi sua obsessão como economista e como político. Assegurar o emprego seria assegurar a ordem, garantir o nível da demanda, estimular investimentos e, portanto, seguir o compasso do progresso.

Keynes nada logrou. O ressentimento francês com a derrota de 1870, as indenizações impostas pela Alemanha, então vencedora, e, principalmente, a perda da região carbonífera da Alsácia e da Lorena eram feridas ainda abertas na alma francesa. Clemenceau não tinha como transigir. E leva o espírito revanchista para dentro das cláusulas do Tratado, exigindo da Alemanha indenizações imensas, além da devolução à França de suas regiões carboníferas, o que, somadas à perda da Silésia, deixavam a economia alemã sem resposta adequada.

Keynes advertia, insistentemente, que nenhuma sociedade poderia esperar, nessas condições, que o livre jogo de um mercado de mãos atadas pudesse estimular novos investimentos e reverter posições.

Ante essa realidade fatal, decide, então, como resposta, escrever um livro sobre o assunto. Ao fazê-lo, revelou o grande pensador que veio a influir no mundo político da época. O texto era rigoroso, lógico, convincente e, acima de tudo, escrito com paixão e leveza. Todos podiam entendê-lo.

As consequências econômicas da paz foi publicado em 1919. A partir da década de 1920, sua reputação ganha espaço internacional. Colhe as glórias da entusiástica recepção do livro, imediatamente traduzido para vários idiomas. Sucesso estrondoso. Nele defende, como sendo míope e arrevesado, o Tratado de Paz de Versalhes, além de considerar inaceitável a posição intransigente dos franceses.

Para Keynes, o que se estava semeando era, no dizer de um cineasta moderno, o “ovo da serpente” totalitária. Nenhuma sociedade podia, ao mesmo tempo, manter a democracia, incentivar a economia, adubar o comércio internacional, dando emprego a seu povo e pagar o montante das reparações de guerra que dela se exigia.

Sublinhava que sua observação nada tinha de idealismo justiceiro, mas, sim, de defesa do interesse central das economias vencedoras. Apoiar, e não destruir os vencidos, era a forma pela qual elas mesmas encontrariam mercado e base para o desenvolvimento de suas forças produtivas. Ante a ameaça do bolchevismo, já vitorioso na Rússia czarista, seria politicamente imprevisível proceder da forma como se estava procedendo.

Ecos de sua posição foram, felizmente, ouvidos e seguidos, quando da formulação, 25 anos depois, como vimos anteriormente, do famoso “Plano Marshall”.

Pouco adiante, sua fama cresce mais ainda, com a publicação da obra *Teoria da moeda*, uma espécie de divisor de águas entre sua formação clássica monetarista e as novas visões de mundo decorrentes das dificuldades do pós-guerra.

IX

A época era propícia a essas colocações. Em parte, devido à miopia política do Tratado de Versalhes e, em parte, devido à própria lógica das ideias de justiça social, a opção pelo socialismo tornou-se um problema em todo o mundo. Notemos que, em 1922, funda-se o Partido Comunista no longínquo Brasil. As disputas acirravam-se em toda a Europa. Rosa Luxemburgo e o grupo Spartacus criavam tensões extremas na Alemanha derrotada, aumentando o poder do recém-criado Partido Social-Democrata, de forte perfil esquerdista.

Pouco adiante, ante a inflação galopante de 1923 e o descabro social, criava-se o Partido Nazista, a propor a defesa do passado alemão, da *Heimat*, a “terra sagrada”, nutrido pelos mitos de grandeza que dominavam o folclore alemão e a música de Wagner. O fascismo e a recuperação da ideia de um *Duce*, espécie de retorno à grandeza perdida da Roma dos Césares, no comando supremo da nação, conquistavam a Itália. Seu mais expressivo opositor, um líder comunista que organizava greves em Turim, Antonio Gramsci, acabou preso, e a resistência perseguida. A Espanha sucumbia ante as forças da reação, e o Japão, tradicionalista, ritualista e autoritário, ameaçava dominar a Ásia.

As teses sobre o imperialismo se encorpavam. Multiplicavam-se os estudos sobre “competição imperfeita” e o fenômeno da “cartelização” na economia. A ideia de estarmos vivendo um mundo radicalmente diverso do de Adam Smith, marcado pelo predomínio ostensivo das grandes empresas corporativas, ganhava adeptos.¹³

Rudolf Hilferding, um dos mais conhecidos estudiosos do fenômeno, viria a ser ministro responsável pela economia alemã nos fins da

década, já tarde demais para controlar o nazismo ascendente. Seu perfil de esquerda não ajudava em nada.

Na verdade, o sistema capitalista definia-se como o cenário em que se moviam as grandes corporações, numa deformação clara das relações homogêneas de poder, fundamento indispensável ao dinamismo do “mercado livre”. As empresas médias e pequenas agora dependiam das grandes corporações, que dominavam a inovação na ciência e na tecnologia. Se tentavam sobreviver, sua dinâmica era limitada. Giravam como satélites em torno das grandes corporações, vendendo para elas e delas adquirindo o básico para suas atividades. O Estado firmava leis antitruste, é certo, tentava conter desacertos e desequilíbrios danosos ao consumidor, regulava ações e fusões, mas tudo se dissolvia nas exigências objetivas do mundo real. Nele, o que se firmava era uma tecnologia cada vez mais cara e complexa, forçando novos dimensionamentos das empresas, reorganizações e perspectivas gerenciais adaptadas à originalidade das exigências crescentes.¹⁴

Keynes nunca se preocupou claramente com esse lado da realidade que estudava. Seu esforço foi o de aprofundar a teoria para melhor entender o mecanismo capaz de garantir a constância no processo gerador do emprego.

Se as grandes empresas se organizavam em cartéis, é fato que não pareceu incomodá-lo nem chamar sua atenção. O estudo desse fenômeno e de suas repercussões não aparece em nenhum trabalho seu. Foi com sua atuação na vida prática, somados à participação ativa nos jornais e no trabalho de compor novos modelos teóricos, que Keynes se firmou como o mais notável economista da época. Foi consultor de dois primeiros-ministros, entre eles Lloyd George, recomendado para conversar com o novo presidente norte-americano,

Franklin Roosevelt, que assumia o comando do país, em meio à crise iniciada em 1929.

Keynes tornara-se a grande sensação, adotando um ritmo alucinante de vida e trabalho, com viagens sucessivas, o que lhe custou a saúde. Em fins da década de 1930, tem seu primeiro distúrbio cardíaco sério. Não resistiria por muito tempo mais. Desaparece em 1946.

X

Neste pequeno trabalho de síntese, não se pretende nenhuma defesa de Keynes, em sua polêmica com os neoclássicos. Não somos particularmente equipados para isso, por não sermos economistas de formação.

Muito embora essa dificuldade não tenha constrangido nenhum dos grandes mestres originais, como Adam Smith, Ricardo, Marx, John Stuart Mill, Pigou, Jevons, Walras, Pareto e o próprio Keynes, já que nenhum deles era economista de formação, nosso caso não pode, obviamente, ser comparável. O diferencial de talento desequilibra qualquer pretensão de paridade posicional.

Não obstante, o fato me anima a seguir adiante.

Creio viável sustentar que, desde as primeiras páginas da *Teoria geral*, quando define seu objetivo como o de confrontar os chamados “clássicos”, seu estilo revela posições simplificadoras pouco recomendáveis. Talvez, devido à sua psicologia desdenhosa e sua autoavaliação, com talento inigualável, a simplificação tornou-se postura metodológica perfeitamente adequada.

Sabemos não ser esse, de modo algum, o padrão na ciência social da época. Está bem longe do que já era tradição consagrada entre os intelectuais. Longe da obra de um Dilthey, de um Weber, de um Freud ou de um Jung, de um Saussure, de um Poincaré, sobre o valor da ciência, de um Zeller, sobre a filosofia dos gregos, e mesmo de um companheiro seu, o esquisito Wittgenstein. Todas escritas antes da *Teoria geral*, mas já bem cuidadosas com suas bases teóricas, suas referências de apoio ou contestação, seu conhecimento extensivo e amplo das obras paralelas de outros intelectuais, todos eles bem elásticos em suas pesquisas.

Keynes pretende substituir os clássicos, sem nenhum desses cuidados. Seu apoio bibliográfico foi precário. E sua leitura revelou certo desprezo pela opinião dos poucos que lhe mereciam atenção. Na verdade, foi alarmantemente carente de referências laterais. Talvez, por sua arrogância intelectual, não julgou necessário referir-se a mais que o julgado essencial. Interessava-lhe suas próprias conclusões, ao propor algo novo. Pretendia a visão “geral” do problema de como enfrentar, de modo válido, as flutuações da demanda agregada, do fluxo dos investimentos, das taxas de juros, da moeda e sua oferta, além, principalmente, do nível do emprego. Para ele, era o que importava. No exame desses pontos, aprofunda sua divergência com os clássicos.

O decisivo é sua insistência na palavra “geral”. Com ela, fundamenta a pretendida originalidade. Considerava a economia antes dele perigosamente limitada ao esforço de buscar formas de equilíbrio em regime de pleno emprego. Para ele, essa era a preocupação maior dos clássicos e de outros autores não citados nem mesmo em nota de rodapé. Tratava-se, a seu ver, de caso “especial”. O pleno emprego era uma espécie de mito econômico que aparecia, vez por outra, em condições bem raras de conjuntura favorável. Se entendido como

decorrência necessária da lógica econômica, pelo equilíbrio entre as forças do mercado, deixava, a seu ver, a verdade a meio caminho. Não se entendia o mercado. Nem se entendiam as forças que o movem.

Para justificar a posição crítica, Keynes sintetiza teses centrais de Ricardo e, principalmente, de J. B. Say. Era a linha do pensamento dominante. Define a visão dos “clássicos”. Foi seguida adiante por Mill, Marshall e Pigou, entre outros, com adendos de época, mas sem alterações de fundo. Por essa razão, dirigiu sua crítica mais incisiva ao que considerava sua base de sustentação: a Lei de Say. Por ela, se definia o equilíbrio do pleno emprego como inerente à dinâmica do sistema, já que sua base era o fato de “toda oferta gerar sua própria demanda”.

Procurou mostrar como era falaciosa e objetivamente equivocada essa tese. Acima de tudo, nada tinha de “geral”. Sua validade se esgotava em situações muito “especiais”, em que era viável se perceber o pleno emprego dos fatores, caso em que a oferta gera sua própria demanda. Isso porque parecia evidente que a “oferta”, fora deste e de outros casos específicos, como a absorção rápida de inovações estratégicas, ou a recuperação de vazios mercadológicos legados por crises naturais de destruição parcial, estava bem longe de gerar seu próprio consumo.

É perfeitamente correto admitir que todo produtor é especializado e, como consumidor, é eclético. Essa era a base do raciocínio de Say, concluindo que o produtor, comprando de outros, incentivando, necessariamente, a produção alheia e o emprego, gerava a demanda.

Para Keynes, esse fato óbvio não era nenhuma garantia de equilíbrio nas relações econômicas. Nem sempre havia paridade entre o que se recebia com a produção e o que se gastava com o consumo. As brechas entre esses dois agregados eram a constante da vida. Sua anu-

lação, equilibrando oferta e demanda em regime de pleno emprego, era até rara. Neste caso, estávamos a tratar uma situação específica como se fosse geral. A única conclusão possível era a visão teórica de J. B. Say ser falsa. Nada tinha a ver com a realidade “geral” da dinâmica econômica.

Para ele, parecia inviável negar essa evidência. A realidade do mercado era constituída de oscilações e de grandes flutuações na relação entre esses dois agregados macroeconômicos, o que afetava a taxa geral de emprego.

É o que se comprova no cotidiano, pela constância das “falências”, justamente devidas a crises de consumo, e também nas deformações ainda mais numerosas, que são as decorrentes do sobreinvestimento por especulação ou por erro de cálculo relativo à taxa de lucro esperada.

Suas conclusões deixam perceber a curiosa simplificação que observamos anteriormente, quando ele tenta fundamentá-las. Em primeiro lugar, porque os chamados “clássicos” não são todos iguais em sua perspectiva teórica. Eles variam bastante entre si, mesmo na forma como interpretam a Lei de Say. Em segundo, porque são muitos os pensadores que propõem teses diferentes sobre a dinâmica econômica, teses não cogitadas pelos clássicos.

A leitura reducionista feita por Keynes perturba os analistas modernos e se transforma em arma letal na mão da maioria de seus críticos. Se Keynes tivesse proposto não exatamente a síntese da “suprema, absoluta e incontestável verdade”, mas, sim, um guia aplicado, com novas ideias capazes de orientar a captação de traços básicos da economia moderna, teria sido mais magnânimo com os clássicos. E, provavelmente, não desdenharia Marx. Afinal, todos eles viveram em outra época, e muitos deles, como Ricardo, Pigou, Proudhom e

Marx, foram filhos de outra classe social. Mas todos contribuíram, a seu modo, para o avanço de uma perspectiva “geral” do processo econômico, não necessariamente de pontos “específicos”.

De fato, pelo que se pode entender de Adam Smith, não havia preocupação maior em provar que a dinâmica do mercado livre, reguladora da equação “oferta e demanda”, assegura “o pleno emprego”. Sua obra parece mais orientada para fixar um novo conceito “geral” de riqueza, analisando a divisão do trabalho social, a dinâmica da produção, a determinação dos valores relativos, inclusive os do trabalho, e a formação dos preços.

Seu alvo era o mercantilismo, a política cuja base de ação era entender a riqueza nacional em relação ao acúmulo de metais preciosos. Adam Smith definia riqueza de outra forma. Destacava a criação do produto nacional como obra do esforço coletivo. E destacava o valor dinâmico da ação empreendedora individual. A riqueza derivava da maior ou menor capacidade de mobilização privada dos meios de produção, organizados em sistemas de divisão do trabalho para produzir bens e serviços. E essa era, positivamente, a visão e a preocupação teórica “geral”, levando a um novo conceito social de “riqueza”.

Ricardo também não se preocupou, de modo absorvente, com o problema do “pleno emprego” e do equilíbrio entre oferta e demanda. No período em que a Inglaterra se debatia com as consequências da “Lei dos Cereais”, sua atenção se voltava para a resultante das políticas fiscais e monetárias que fundamentavam essa lei. A resultante, para ele, deformava o processo normal de “distribuição” da riqueza entre os que tinham por objetivo a renda, isto é, os donos de terras e os que buscavam o lucro na indústria, alterando níveis de poupança e investimento.

Em sua obra não se preocupou especialmente com o setor “trabalho”. Para ele, o salário era um dado fixo, estabelecido ao nível indicado pela necessidade elementar de sobrevivência. Tudo dentro das condições gerais de oferta e demanda. Fato, aliás, que tanto influenciou a visão de Marx. Notemos, porém, que as reflexões de Ricardo o levam a analisar o funcionamento “geral” do sistema econômico, com sua maior ou menor dinâmica. É difícil considerá-lo um microeconomista “específico”.

Mas há exemplos ainda mais claros. Keynes não considera importante nem mesmo mencionar a obra de Marx, já plenamente conhecida em sua época. O fato soa estranho, porque, afinal, seu objetivo era tornar-se importante crítico do capitalismo, mas com o intuito de aperfeiçoá-lo, para melhor defendê-lo do socialismo.

Convergir sua artilharia para a economia que o antecederam, dela retirando as versões socialistas, é inaceitável. Mais ainda deve ser notado seu tratamento apressado de Stuart Mill e de toda a Escola Austríaca de Menger. São tangencialmente referidos e descartados como estudiosos “específicos” da lógica empresarial, não da economia “geral”. Talvez, por isso, não dê nenhum destaque ao trabalho original de Jevons nem ao daquele que foi considerado, na virada do século, um dos mais importantes economistas: Léon Walras.

Schumpeter, seu contemporâneo, não lhe merece a menor atenção, e a sociologia econômica de Friedrich von Wieser não é sequer objeto da mais ligeira referência. Muito menos a linha temática proposta por J. Fetter, o fundador da psicologia econômica nos Estados Unidos. E isso a despeito de muitos conceitos da sua *Teoria geral* terem forte carga de apoio na ciência psicológica.

Também não se preocupa em comentar as análises de preço e demanda feitas por Herbert Davenport nem o institucionalismo de Veblen. Muitos desses autores negligenciados propuseram teorias gerais, não necessariamente estudos de casos específicos.

Não obstante, parece justo destacar seu esforço para ampliar o universo conceitual do economista, cunhando conceitos novos, como o de “multiplicador”. Proposto por seu colega Khan, estimulou-o a avanços matemáticos para precisar relações objetivas de variáveis importantes. Além do mais, esse conceito propiciou os avanços ulteriores para precisar a relação “custo/benefício”, ajudando a selecionar investimentos, especialmente válido como elemento auxiliar de decisões do Estado. Não obstante, foi sua obsessão matemática que o levou a tentar a fixação precisa de ramificações complexas contidas nos “multiplicadores”. Sem falar na dialética de suas interdependências. Difícil, senão impossível, realizar todos os cálculos requeridos para tornar previsível a avalanche de fatos difíceis de prever.

Seu “multiplicador”, da forma proposta, funcionou, acima de tudo, como “multiplicador” de confusões teóricas. Tentar esboçá-lo, para torná-lo minimamente operativo, provou ser tarefa sobre-humana.

Keynes, no entanto, deve ser louvado por contribuir para o uso original de conceitos já trabalhados, de modo incipiente, entre os pensadores da Escola Marginal, como “propensão a consumir e a investir”. E o fez como base para muitas reflexões adicionais sobre o modo de estimular a “demanda agregada”, além de apresentar novidades supostamente auxiliares de cálculos econômicos, como “unidades de trabalho” e de “salário”, entre outros conceitos. Todos eles são difíceis de serem manejados, é certo, e tratá-los de modo complicado é correto, justificando as críticas de que seu trabalho é

“confuso” e “obscuro”. Acima de tudo, a nosso ver, carregam com eles um defeito que poderia ser contornado por Keynes, se estivesse disposto a ouvir a interlocução de outras ciências sociais. Sua obra padece de perspectiva sociológica.

É insatisfatório criar um determinador geral denominado “unidade de trabalho”, para calcular a contribuição profissional de um mecânico soldador na linha de montagem, a de um projetista de nova máquina industrial, a de um físico, como seu contemporâneo Max Planck, ou a de um compositor e maestro como Mahler, que nada tem a ver com produção material, mas, sim, com o trabalho socialmente válido da criação artística. Que “unidade” existiria nesses trabalhos para torná-los mensuráveis?

Por outro lado, o fato de não admitir a realidade diferencial de poder entre as classes sociais deforma muitas conclusões. Sem essa diferenciação, fica meio complicado entender como os proprietários dos bens de produção puderam, por quase um século, fixar arbitrariamente os salários ao nível da subsistência, como admitira Ricardo.

Nesse período, antes das organizações coletivas dos sindicatos profissionais, também inexistia a opção, admitida por Keynes, de um trabalhador potencial negar-se a trabalhar, orientado pelo conceito de “desutilidade” de seu trabalho. Embora ele tenha o bom senso de admitir que essa imprecisão seja da autoria dos clássicos, ele também a admite e comenta. Por “desutilidade” entende-se o fato de o salário oferecido não guardar correlação com sua capacidade marginal de produzir, o que induziria o operário a não se interessar pelo emprego.

Com um mínimo de visão sociológica, teria orientado o comentário para outro tipo de angulação teórica. Teria notado que esse postulante a emprego era, naqueles tempos, um migrante rural analfabeto,

recém-chegado à cidade, sem conexões, sem alternativas, sem conhecimentos específicos do trabalho industrial.

Para esse indivíduo culturalmente cru, avaliar se deve ou não aceitar o emprego, à luz de comparações marginais, é simplesmente impossível. Não havia opção. A alternativa da “desutilidade” seria a miséria perseverante e a fome fatal.

Keynes, a meu ver, teria lucrado muito se tivesse abandonado por uns tempos seu núcleo aristocrático e feito o mesmo que seu amigo e colega criticado, Pigou: visitar os favelados londrinos e ver suas condições miseráveis de vida, seus casebres sem janelas, seus “cortiços” urbanos, sua total propensão a consumir qualquer modesto incremento de renda que viessem a lograr.

Nesse famoso conceito de “propensão a consumir”, sua utilidade operativa teria de ser relativizada, em vez de matematicamente calculada por médias gerais, como ele o faz. Valores pessoais diferenciados, ou psicologias específicas, situações objetivas entre grupos de renda desequilibrada, ou análises de classe, tornam sem utilidade real os resultados de equações matemáticas gerais.

Evidentemente, um grupo de milionários que aumente em 10% sua renda gastará esse aumento de forma percentualmente pífia, se é que o fará. O oposto se dá num grupo de famílias da baixa classe média, principalmente da operária, que vive em comunidade favelada. Ela tudo gastará, os 10% de acréscimo e mais o que lhe vier em consumo direto.

“Propensão a consumir”, portanto, é fenômeno refratado socialmente. Só será operativamente válido, se tratado dessa forma. Daí, a importância de políticas que minimizem a desigualdade da renda.

Inegavelmente, o desequilíbrio na distribuição da renda imobiliza imensos recursos, hoje, retidos em contas *offshore*, afetando, de modo direto, a dinâmica social da “propensão”. O fato limita a formação da demanda agregada, porque também influi, de maneira clara, na outra “propensão” importante para Keynes: a “para investir”.

Quando reduzido a denominadores comuns, os conceitos encobrem realidades sociais diferenciadas, tornando-se orientadores enganosos. Não ter levantado o problema revela desvio sociológico importante. Concluir, como ele o faz, que as sociedades, quanto mais ricas, mais tendem a uma propensão cadente de consumo em relação às mais pobres, exige explicações sociológicas por ser fenômeno cujo efeito econômico não esconde sua causa social.

XIII

Não obstante esses reparos, não me parece nem prudente nem correto negligenciar os aspectos positivos. A crítica não pode omitir seus méritos, entre os quais o fato de, pela primeira vez, fora do contexto teórico do marxismo, ter havido posição crítica consistente ao suposto mercado “livre”, como gênese de desacertos, instabilidade social e desastrosos desequilíbrios da renda. Justamente, por não ser tão “livre” assim!

Mais importante ainda foi sua contribuição não ter por objetivo substituir o sistema capitalista. O que pretendeu foi aperfeiçoá-lo e corrigir suas distorções, para garantir sua sustentação no tempo.

Keynes nunca deixou de ser um liberal, membro da elite dirigente de uma sociedade pioneira, baluarte do modelo econômico caracterizado pela propriedade privada dos bens de produção. Admitir como indis-

pensável a função regulatória e incentivadora da demanda efetiva por parte do Estado, foi um passo teórico coerente com o desejo ético de garantir a estabilidade democrática do sistema. Já vimos, anteriormente, que para ele nada substituía o mercado. Sua restrição decorria de nele perceber, por seu funcionamento anônimo e coletivo, forte presença “irracional”. Destarte, para consolidar seu aspecto vantajoso, necessário como orientador da economia, era indispensável controlar os exageros dessa “liberdade”, com sucessivos erros de avaliação decorrentes de sua própria irracionalidade.

Sua preocupação central, como economista, era garantir o nível do emprego, jamais eliminar o mercado. O Estado nunca seria capaz de substituir por planos e decisões arbitrárias o altamente complexo mecanismo dos preços. Tentá-lo, como já foi tentado em desastres históricos conhecidos, obrigaria à utópica previsão do imprevisível.

As posições resumidas aqui são expressas, de modo sintético e até, surpreendentemente, claro, no capítulo conclusivo de sua *Teoria geral*, o XXIV.

O problema é de lógica. Se o Estado já vinha intervindo, pragmaticamente, desde o século XVIII, convinha entender o que o levava a isso. Omitir autoritariamente e arbitrariamente as causas não ajudaria ninguém a entender a dinâmica social do sistema econômico. Era esse, aliás, seu ponto mais forte de oposição às teses do amigo Hayek.

No fundo, os nekeynesianos sustentam-se muito mais nessas teses centrais, inspiradoras do trabalho, tal como resumidas no referido capítulo XXIV, que na forma usada por Keynes para apresentar suas equações cabalísticas e seus conceitos explicativos ao longo do *Tratado*. Sem dúvida, essa é a parte bastante obscura de sua obra e se revela matematicamente pretensiosa.

Creio que Keynes poderia ter lucrado bastante se tivesse tempo para conversar demoradamente com seu amigo Bertrand Russell. Sabemos que, na década de 1930, o desencanto de Russell com o poder explicativo da matemática vinha em declínio acelerado. Russell tendia a ver a matemática como um tipo de linguagem, mas, pior que isso, linguagem que se definia em raciocínios tautológicos. Afinal, o fato de “dois e dois serem quatro” expõe uma verdade que dispensa maiores esforços para ser entendida como verdade. O mesmo se aplica a equações de várias incógnitas e de índice de complexidade assustador. No fundo, o que nos revelam são verdades evidentes por si mesmas.

Por tudo isso e a despeito das restrições que me parecem válidas, parece oportuno reconhecer sua presença marcante na história da teoria econômica. E julgá-lo como o fez seu maior rival, F. Hayek, quando de sua morte: para ele, Keynes foi um grande pensador que o mundo perdeu e um grande e respeitado amigo que se fora para sempre.

Hayek e Keynes sempre foram amigos pessoais, embora cientificamente rivais. Ambos se respeitavam, e Keynes, embora mais velho e bem mais famoso, jamais deixou de convidar o então jovem Hayek para almoços íntimos, muitos deles em sua casa, quando da visita ou eventual permanência do grande economista austríaco em Londres. Postura difícil de encontrar entre os epígonos dos dois pensadores, como vimos na abertura deste texto.

Dentro do conceito epistemológico firmado desde Sócrates, sobre os limites de nossa capacidade de acesso à verdade, não seria incorreto adotar posturas de humildade equilibrada que, infelizmente, não constituem a parte mais brilhante dos debates intelectuais sobre o tema.

Notas

1 Os elogios a Keynes e a sua obra, aqui referidos, bem como as críticas anotadas, podem ser vistos no livro de Henry Hazlitt, *The Failure of the New Economics: an Analysis of the Keynesian Fallacies*, Princeton: N. J., Ed. Van Nostrand, 1959. Trata-se de crítico mal-humorado, nem sempre isento em suas posições. Quanto à referência a Raul Prebisch, não se ignora sua tendência, ao dirigir a Cepal, de seguir as teses que, aliás, expõe, didaticamente, em texto dedicado à teoria keynesiana.

2 Tanto as posições de Hayek e Friedman como a de outros críticos e admiradores de Keynes, como Piero Sraffa, estão expostas em detalhe na seguinte obra: WAPSHOTT, Nicholas. *Keynes vs Hayek*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2006. ; ver especialmente os capítulos 6, 10, 12, 16 e 17. O autor descreve o choque entre as duas concepções de economia, em linguagem simples. Qualquer leigo pode segui-lo.

3 HAZLITT, Henry. *The failure of the “new economics”: an Analysis of the Keynesian Fallacies*”. Van Nostrand, 1959. p. 6

4 SAMUELSON, Paul. *The Development of Economic Thought*, New York: Wiley. p. 767.

5 A crise de 2008 tem sido abundantemente analisada. Sob o ponto de vista monetário, ver SILVA, Luiz Afonso Simoens da. *Moeda e crise econômica global*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014. Livro bem recente. Sob perspectivas mais amplas, relacionadas com os efeitos da desregulamentação, ver STIGLITZ, Joseph. *O mundo em queda livre*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

6 Ver KRUGMAN, Paul. *The Return of Depression Economics and the Crisis of 2008*. Londres: Penguin, 2008; e R. A. POSNER. *A Failure of Capitalism: the Crisis of 2008 and the Descent into Depression*. Cambridge: Harvard Press, 2009. Também é útil o seguinte trabalho: AHAMED, Liaquat. *Lords of Finance: The Bankers Who Broke the World*. New York: Penguin Press, 2009.

7 Ver, sobre Piketty, Nelson Mello e Souza, “Capitalismo e distribuição de renda – Thomas Piketty”. *Carta Mensal*, janeiro de 2015, n. 718, p. 3-58. O texto comentado é o *Capital in the Twentieth Century*, Belknap Press, da Harvard University Press, em que há referência à posição gêmea de J. Stiglitz sobre o tema da desigualdade da renda no mundo moderno e suas consequências para sustentação de níveis adequados de “consumo agregado”. Ver STIGLITZ, Joseph. *O preço da desigualdade*. Lisboa: Ed. Bertrand, 2013.

8 A análise dos mecanismos de controle do mercado e acordo de preços entre empresas é o estudo dos avanços na estrutura de produção capitalista. A partir de meados do século XIX, algumas empresas já atingiam dimensões imensas. O risco de oscilações negativas do mercado podia levar a perdas de extrema gravidade. A solução lógica foi o acerto entre elas para minimizar os efeitos do aleatório e, principalmente, o perigo de uma concorrência sem controles razoáveis. O fato levou à busca de entendimento inteligente. Resultou no que veio a ser conhecido como cartéis e trustes. Toma vulto perigoso para a ordem do próprio capitalismo, a substituir o jogo do mercado pelo acerto entre grupos fechados. O fenômeno tornou-se mais nítido em fins do século, não passando despercebido aos estudiosos, na mesma época em que o fato se tornava evidente. Ver E. L. Von Halle, *Trusts or Industrial Combinations and Coalitions in the USA*, livro de 1899; R. T. Ely, *Monopolies and Trusts*, obra de 1900;

sobre os alemães, ver, de R. Liefmann, *Kartelle und Trusts*, de 1905, livro coetâneo do estudo sobre imperialismo de J. Hobson, cujo interesse sobre o assunto o faz escrever, cerca de dez anos adiante, em 1917, o livro *The Evolution of Modern Capitalism*, nesta linha observações e reflexões sobre os efeitos da concentração do capital. O interessado não deve deixar de consultar o trabalho de Rudolf Hilferding sobre o *Capital financeiro*, 1. ed. Alemã, de 1910. Há traduções inglesas e francesas. Sobre a forma de atuar desses grupos, ver as combinações industriais ocorridas na indústria do carvão, aos tempos de Keynes, no trabalho de D. I. Williams, *Capitalist Combination in the Coal Industry*, escrito em 1924. Para uma obra moderna sobre o tema, de viés de esquerda, ver MANDEL, Ernst. *Late Capitalism*. Londres: New Left Book, 1975; além do clássico de Wright Mills, *The Power Elite*.

9 SKINDELSKY, Robert. *John Maynard Keynes 1883 – 1946: Economist, Philosopher, Statesman*. Londres: Pan Books, 2004. p.70.

10 Ver MANUEL, Roland. *Maurice Ravel*. Londres, 1947. p.83.

11 EKSTEINS, Modris. *Rites of Spring: The Great War and the Birth of the Modern Age*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1989. p. 9-16 / 50- 54. O autor descreve admiravelmente a atmosfera dos tempos, dos novos conceitos de arte e da teimosa, talentosa e suntuosa apresentação do *Ballet Russe* em Paris.

12 Sobre a ebulição do período, a bibliografia é vasta. Sínteses interessantes são: o trabalho de Eksteins, op. cit., além dos estudos de época feitos por SELZ, Peter. *German Expressionist Painting*. Califórnia: Univ. California Press, 1957. ; SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. ; WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. ; o magnífico volume ilustrado, organizado por Lorenzo Camusso, reunindo contribuição de vários

autores e artistas gráficos, *La Belle Époque – Fifteen Euphoric Years of European History*, William Morrow and Co., 1978. Não se pode deixar de consultar o antigo, mas lúcido e informativo, trabalho a seguir: MORAZÉ, Charles. *Os burgueses à conquista do mundo*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1965. p. 227-310. O autor nos dá sua visão do avanço do capitalismo industrial, desde meados do século XIX ao seu final, época que destacamos no estudo, porque, nela, se formou a estrutura do novo sistema produtivo.

13 Estudos sobre imperialismo e cartéis já foram referidos anteriormente.

14 As melhores obras que conheço sobre a formação das grandes corporações, das gerências tecnocratas anônimas e da necessária departamentalização especializada de produtos são as de Alfred Chandler Jr.: *Strategy and Structure*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1962; *The Visible Hand – Managerial Revolution in American Business*, Harvard University Press, 1977, 5. ed., 1980; e *Scale and Scope – The Dynamics of Industrial Capitalism*, Harvard University Press, 1990.

Palestra pronunciada em 1 de novembro de 2016

O Correio Aéreo Nacional (CAN)

Mauro Gandra

Ten. Brig. Ref., Ex-Diretor do DAC e Ex-Ministro da Aeronáutica.

“O chamado binômio motivação/circunstância contribuiu para a hipertrofia da aviação de transporte na FAB.”

Mauro Gandra

I – Introdução

Os cursos de pós-graduação militares têm características próprias e, infelizmente, não são aceitos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Como então diretor-presidente do Instituto do Ar, na Universidade Estácio de Sá, tentamos em vão, junto ao Ministério da Educação, que fosse aprovada a aceitação de certa equivalência dos cursos de pós-graduação da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), considerando tratar-se de assuntos de natureza afim. Conseguimos, finalmente, com a colaboração da Universidade Federal Fluminense, que fosse implantado na Universidade da Força Aérea Brasileira (UNIFA) um mestrado profissional em Ciências Aeronáuticas, que

já formou cerca de 12 turmas e, há quatro anos, vem realizando também doutorados.

Em 1979, no Curso Superior de Comando da Ecemar, pré-requisito para o acesso ao generalato na Aeronáutica, à época, minha monografia (que é, em verdade, uma tese) tinha como título “Aviação de Combate – Uma Exigência do Desenvolvimento”, que, ao tratar da pouca ênfase dada pela FAB à aviação de combate, mencionava ser o binômio “motivação/circunstância” um dos fatores determinantes para o destaque de determinada atividade. Registrava que tal fator não se encontrava presente em nosso campo psicossocial, tendo em vista a natureza pacífica das relações com nossos vizinhos. Exemplificava que um piloto de combate em Israel, ele que contribui decisivamente para a sobrevivência de seu país, é muito mais importante do que um piloto de combate brasileiro. Em contrapartida, pertencer ao Correio Aéreo Nacional (CAN) foi, como ainda o é, motivo de grande orgulho para o aviador da Força Aérea Brasileira (FAB). Principalmente, há alguns anos, o piloto do CAN sentia-se extremamente útil à coletividade brasileira (e continua sendo), ao percorrer os rincões de nosso interior e da Amazônia, configurando-se, destarte, o já citado binômio “motivação/circunstância”, que dava e dá àquele aviador a enorme consciência de sua importância e utilidade para o país.

II – Os primórdios do CAN

Do opúsculo de autoria do coronel aviador reformado, Manuel Cambeses Júnior, editado pelo Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, *A Saga do Correio Aéreo Nacional*, retiro:

“No dia 12 de junho de 1931, os tenentes Casimiro Montenegro Filho e Néelson Freire Lavanère Wanderley,

na aeronave Curtiss Fledgling, matrícula K-263, fazem a primeira viagem do Correio Aéreo Militar, levando correspondência do Rio de Janeiro para São Paulo e de lá trazendo correspondência, a 15 de junho.”

Tal feito pioneiro vem precedido de uma série de circunstâncias, as quais, uma vez interligadas, propiciaram o advento do Correio Aéreo Militar. Senão, vejamos:

- 1 – A notícia de que a Aviação Militar dos Estados Unidos da América do Norte, em face de uma greve dos Correios daquela nação, iniciara em emergência um serviço de tal natureza.
- 2 – O fato de que, desde 1927, empresas aéreas comerciais já operavam o transporte de passageiros no Rio Grande do Sul.
- 3 – A vontade da aviação militar de livrar-se das peias que a prendiam ao Campo dos Afonsos (A cultura da missão francesa que os orientava não admitia a penetração para o interior do Brasil. Seus membros, oriundos da Primeira Grande Guerra, viviam uma prudência excessiva, conhecedores das grandes limitações das aeronaves de então).
- 4 – A inflamada defesa de tal vontade, feita pelo tenente Lemos Cunha, ajudante de ordens do ministro da Guerra junto a seu chefe.
- 5 – A postura daquele ministro da Guerra, general José Fernandes Leite de Castro, que, impressionado com os apelos dos pilotos militares e, em especial, com os veementes artigos do oficial Ajalmar Vieira Mascarenhas e de outros, publicados

em “A Defesa Nacional” sobre o tema: “Rumo ao Brasil, fora dos Afonsos...”, interpelou o chefe da Missão Francesa de Aviação, Henry Jauneaud, pedindo-lhe resposta àqueles artigos. Transcrevo: “Por que, em vez de voarem somente nos Afonsos, não poderiam nossos aviadores ampliar seu raio de ação para melhor conhecimento do nosso Brasil?” Terminou sua interpelação com a advertência: “A aviação tem de ser brasileira, senhor coronel, e, se o senhor não está de acordo, pode retirar-se, que darei a direção a oficiais brasileiros”.

- 6 – A criação, em maio de 1931, do Grupo Misto de Aviação, primeira unidade aérea da então Aviação Militar, que teve como seu comandante o major Eduardo Gomes. Ele, que era observador aéreo, de início, relutara em passar para a aviação, alegando já estar um pouco ultrapassado pela idade (35 anos). Entretanto, seus amigos e admiradores, Montenegro, Lemos Cunha, Araripe, Clovis Travassos e outros, convenceram-no de entrar definitivamente para a aviação, tendo para tanto recebido a instrução de pilotagem de Montenegro. Com tal habilitação e com o fascínio de sua liderança, transforma-se no motor daquela aventura patriótica, o Correio Aéreo Militar (CAM), mais tarde Correio Aéreo Nacional (CAN).

Esse voo inicial do Correio Aéreo Militar durou 5:20 horas, principalmente, em razão do vento de frente, o que atrasou muito a viagem. Ao chegarem a São Paulo, no anoitecer, tiveram dificuldade de encontrar o aeródromo de Marte, optando, então, por pousar no hipódromo da Mooca. Encontrando o Prado fechado e deserto, tiveram de pular o muro, pegando um táxi e levando a correspondência até a central dos Correios, na Avenida São João. Somente no dia seguinte, o avião foi levado para o campo de Marte, destacamento de aviação naquela capital.

Embora o 12 de junho de 1931 seja considerado o lançamento da “pedra fundamental” do Correio Aéreo Nacional, não devemos esquecer que, já em 1919, no dia 15 de agosto, os aviadores navais Mario Cunha Godinho e Raymundo Vasconcellos Aboim, juntamente com o observador aéreo Carlos Pereira Guimarães, decolavam da Baía de Guanabara (na aeronave HS-2) para a aventura de um voo do Rio de Janeiro até a Ilha Grande, portando pequena mala de correspondência. Estava inaugurado o incipiente Correio da Esquadra, transformado, em 1934, no Correio Aéreo Naval, com o objetivo de ligar as bases litorâneas. Este, em 1941, com a criação do Ministério da Aeronáutica, iria juntar-se ao Correio Aéreo Militar do Exército para formarem o até hoje denominado Correio Aéreo Nacional.

III – Evolução

Ainda do opúsculo *A Saga do Correio Aéreo*, extraio:

“Este primeiro voo do Rio de Janeiro a São Paulo configurou a chamada ‘Rota do Vale do Paraíba’, pela qual passou a funcionar um serviço de correspondência aérea, com frequência de três vezes por semana. Estava dado o primeiro passo.”

Desse começo modesto, surgiriam, ao longo dos anos, as inúmeras linhas que o Correio Aéreo Militar estendeu, sem desfalecimento, por todo o país e mesmo fora do Brasil.

“A linha inicial constituiu apenas um prelúdio e, como pedra angular, permitiu lançar a ideia, reunir recursos e treinar pilotos e mecânicos, todos muito entusiasmados com as perspectivas de melhor servir à nação.”

O binômio “motivação/circunstância”, aqui, acreditamos, aparece pela primeira vez.

“Três meses depois, já eram tomadas as primeiras providências para estender uma nova linha inicial até Goiás, alcançando voo ousado rumo ao interior, agora, como novos bandeirantes alados. A intensificação dos voos foi possível, principalmente, pelo fato de a Aviação Militar passar a dispor de numerosa frota de aviões Waco C. S. O., chegados ao Brasil pouco antes e durante a revolução constitucionalista de 1932 (pronunciava-se vaco).”

O Waco C. S. O., fabricado pela companhia americana Weather Aircraft Company of Ohio (WACO), era um avião com capacidade para um tripulante, na cabina traseira, e dois passageiros, na cabina dianteira. Normalmente, na cabina dianteira, ia um mecânico e um eventual passageiro que necessitasse de um rápido transporte entre as cidades das rotas aéreas. Havia oito aviões Waco C. S. O. na Esquadilha do Correio Militar, na década de 1930. Esse avião substituíra o Curtiss Fledgling que tinha inaugurado o Correio Aéreo Militar, em 12 de junho de 1931 (o Waco C. S. O. foi utilizado pelos correios aéreos militar e naval de 1932 a 1942).

Assim, foram ativadas, seguidamente, diversas linhas: a de Goiás, a de Mato Grosso, a de Curitiba, a rota do São Francisco (uma das mais importantes, quer pela região percorrida, quer pela extensão de 2.500 quilômetros). Em janeiro de 1936, foi inaugurada a primeira linha internacional, ligando o Rio de Janeiro a Assunção, capital do Paraguai.

Para se avaliar o desbravamento e a obra pioneira realizada pelo CAM, deve-se considerar que, à época, a florescente aviação comercial exe-

cutava a quase totalidade de seus voos ao longo do litoral, ligando a capital dos estados.

O serviço de correspondência em aviões militares começou com a denominação de Serviço Postal Miliar, que foi mudado logo em seguida para Correio Aéreo Militar. Esse nome foi mantido até a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941, quando da fusão dos dois correios, o militar e o naval, surgiu o Correio Aéreo Nacional (CAN), nome que permanece consagrado até os dias de hoje.

A direção do Correio Aéreo Nacional foi entregue à diretoria de Rotas Aéreas, tendo como diretor o brigadeiro Eduardo Gomes, que continuou impulsionando e desenvolvendo o serviço por ele criado 10 anos antes.

Entretanto, o grande impulso do CAN ocorreu depois do término da Segunda Guerra Mundial, com a entrada em serviço das aeronaves C-45 Beechcraft e dos fabulosos DC-3 Douglas (também conhecidos como Dakota, na Inglaterra, e C-47 Skytrain), sem sombra de dúvida o mais amado avião de todos os tempos. Seu primeiro voo foi em 1935 e era uma evolução do DC-2, mas era maior, mais pesado e mais veloz que seu precedente. Os DC-2 já haviam sido operados pela arma de Aviação do Exército brasileiro, sob as designações de C-32, duas aeronaves, e C-33, 18 aeronaves.

Com o término da guerra, houve grande *surplus* (excedentes de guerra) dessas aeronaves, das quais foram produzidas mais de 10 mil unidades. Assim, para Força Aérea Brasileira (FAB), foi fácil obter um número significativo de aviões C-47, grandes impulsionadores do CAN e da FAB como um todo.

Aproveitando a liquidação a preços reduzidos, foram adquiridas para a aviação de transporte 64 aeronaves Beechcraft, entre as quais, os C-45 para passageiros e carga e os AT-7 e AT-11 para treinamento. Foram também adquiridas 30 aeronaves Douglas C-47, indubitavelmente, um magnífico negócio.

Nos anos subsequentes, novos fornecimentos vantajosos de vários tipos de aeronaves foram feitos ao Brasil, agora sob a égide de um novo acordo, o Plano de Ajuda Militar (PAM).

Durante mais de 25 anos, salvo raríssimas exceções, como foi o caso dos F-8 Gloster Meteor, a FAB obteve seus meios aéreos pela cessão das aeronaves ou pelas compras em condições especiais. Tal sistemática, à qual era sempre obrigada a recorrer por razões econômicas, adormeceu por longo período nossa capacidade de escolha, com forte influência na estagnação de nossa indústria aeronáutica, que só começou a reagir a partir da década de 1970, com o Bandeirante e o Xavante.

IV – O Correio Aéreo Nacional – Já no Ministério da Aeronáutica

O CAN continuou com a extensão de suas linhas: em abril de 1943, linha do Tocantins estendida a Belém, chegando a Caiena, na Guiana Francesa; em maio de 1945, linha internacional pelo Centro-Oeste do país, até Santa Cruz de La Sierra, estendida até La Paz algum tempo depois; em 1947, iniciada a importante linha do então Território do Acre (até hoje com grande dificuldade de comunicação, seja terrestre, seja fluvial), ligava: Rio de Janeiro, São Paulo, Três Lagoas, Campo Grande, Cuiabá, Cáceres, Vila Bela, Forte Príncipe, Guajará-Mirim, Porto Velho, Rio Branco, Sena Madureira, Tarauacá, Cruzeiro do Sul,

Xapuri e Basileia (linha que, tão importante, criou na região a seguinte expressão: “Correio Aéreo Nacional, glória pacífica da Força Aérea Brasileira”); em 1951, era ativada a linha de Lima, no Peru; em 1956, a linha para Montevidéu; e, em 1958, as linhas para Quito e para os Estados Unidos da América do Norte.

Outras linhas importantes foram iniciadas: em novembro de 1952, a linha do Araguaia, que passava a apoiar os postos do Serviço de Proteção ao Índio; e, ainda em 1952, a linha Rio de Janeiro-Manaus e a linha do Rio Negro, que era realizada com aeronaves CA-10 Catalina. Os CA-10 eram as aeronaves Consolidated PBV Bomber, usadas para a guerra antissubmarino no litoral brasileiro, adaptadas para o transporte de carga e de passageiros. Apoiavam as populações indígenas e as missões religiosas dos rios Negro e Uaupés (eram o xodó do brigadeiro Eduardo Gomes). O Catalina foi insubstituível para as linhas ao longo do Rio Amazonas e seus afluentes principais, até a construção, na década de 1970, de inúmeros aeródromos, com pistas asfaltadas e comprimento de dois mil metros, em várias das cidades antes alcançadas apenas pelos rios ou pelos famosos anfíbios PBV. Faziam o atendimento aos Pelotões de Fronteira do Exército e às populações ribeirinhas.

Em 1957, houve a necessidade de dar apoio ao Batalhão Brasileiro a serviço da ONU, operando na Faixa de Gaza, na região do Canal de Suez. Foram, então, utilizadas as “Fortalezas Voadoras” B-17, da Segunda Guerra Mundial, únicas aeronaves da FAB capazes de executar tal missão, que, mesmo assim, tinham de interromper os voos durante o período do inverno europeu, de dezembro a fevereiro.

V – As novas aeronaves

Os Douglas C-54 e os Liftmaster C-118 iniciaram uma nova era para o CAN. Maior capacidade, maior raio de ação e melhor equipamento permitiram, por exemplo, maximizar missões, como a travessia dos Andes, esta feita com extrema dificuldade pelos C-47, e a travessia do Atlântico, neste caso, em lugar das B-17.

Iniciou-se, então, a linha para Santiago do Chile, com etapa intermediária em Buenos Aires.

Os C-91, turbo-hélice Avro (HS 748), adquiridos da Inglaterra, na década de 1960 e, numa segunda leva, na década de 1970, foram pouco a pouco substituindo as aeronaves a pistão, e, em 1965, os quadrimotores C-130 Hércules passaram a ser a espinha dorsal das linhas nacionais de carga, material pesado e passageiros e para todos os destinos do exterior (geralmente, em transporte logístico de material aeronáutico), inclusive para a Antártida, no apoio ao Programa Antártico Brasileiro.

Com o impulso da fabricação de aeronaves pela Embraer, o CAN passou a utilizar as aeronaves nacionais C-95 Bandeirante, e a Embraer o EMB-120 Brasília.

Está prevista a substituição das aeronaves C-130 pelos KC-390, ora em fabricação pela Embraer. Duas aeronaves protótipo já estão em voos de teste e desenvolvimento, tendo o KC-390 sido apresentado, magistralmente, na feira de Farnborough, na Inglaterra, entre 11 e 17 de julho de 2016.

No tocante às aeronaves importantes para o CAN, não podemos nos esquecer dos C-115 Búfalos, bimotores turbo-hélices de fabricação

canadense, imbatíveis para pousos e decolagens em pistas não preparadas, notadamente, na região amazônica.

Outra aeronave importante para as linhas-tronco foi adquirida pela FAB, em 1985, da Varig. Foram quatro Boeing 707, convertidos para carga e reabastecimento em voo (KC-137, na FAB). Uma das aeronaves foi pintada no padrão da FAB, na cor branca, para atender ao presidente da República, ficando disponível, também, para outras missões militares.

Com a desativação dos C-91 Avro, passaram a ser usados os C-99 (ERJ-145), de fabricação nacional, de excelentes características operacionais, com grande facilitação para as linhas internacionais na América Latina. Além disso, com a desativação dos Boeing 707 (KC-135), em outubro de 2013, após acidente no aeroporto de Porto Príncipe, capital do Haiti, quando a aeronave saiu da pista com 12 tripulantes e 131 passageiros, todos militares do contingente da missão de paz, a FAB, sem ter uma aeronave que os pudesse substituir, e no aguardo da entrega dos KC-390 para 2018, resolveu, em meados de 2016, alugar um Boeing 767, adaptado para carga e reabastecimento aéreo, o qual tem apresentado resultados surpreendentes e preços muito convenientes.

Duas importantes aeronaves entraram, há poucos anos, para o inventário da FAB. Os bimotores turbo-hélices C-105 Amazonas, embora não tenham as insubstituíveis características das aeronaves C-115 Búfalo, de pouso em campos não preparados, vêm apresentando ótimo rendimento em suas operações, considerando ainda a grande melhoria dos campos de pouso, mesmo na Amazônia. Também na Amazônia, vêm apresentando excepcional desempenho no atendimento a populações menos favorecidas, nas chamadas operações Ação Cívico-Social

(ACISO), as aeronaves Cessna C-98, de grande robustez e capacidade de pouso em pistas curtas, permitindo a operação em áreas isoladas do Amazonas, do Acre, de Rondônia e de Roraima.

VI – Epopeia do Correio Aéreo Nacional

A obra do CAN é a história do novo desbravamento do interior do país e dos mais longínquos rincões da Amazônia. Tal é considerada sua importância, que aparece em todas as Constituições Federais promulgadas desde sua criação, como atribuição expressa do, hoje, Comando da Aeronáutica.

Reiteramos que pertencer ao Correio Aéreo Nacional foi, como ainda o é, motivo de grande orgulho para o aviador da Força Aérea Brasileira. Há alguns anos, o piloto do CAN sentia-se extremamente útil à coletividade brasileira (e ainda o é), ao percorrer os rincões de nosso interior e da Amazônia, configurando-se, destarte, o já citado binômio “motivação/circunstância”, que dava e dá àquele aviador a enorme consciência de sua importância e utilidade para o país.

Não se pode esquecer ainda que o CAN constitui-se em inteligente e econômica forma de treinamento de seus pilotos pela FAB. Ao mesmo tempo em que leva ajuda e cidadania às diversas regiões do país, mantém seu efetivo de tripulantes (aviadores, mecânicos, radiotelegrafistas, especialistas em armamento e fotógrafos, além de médicos e enfermeiros) ativo e treinado, pronto para atender às demandas relativas à defesa da nação, bem como para executar eventuais missões de atendimento às necessidades da sociedade, ocorridas em razão de fenômenos físicos ou meteorológicos, ou de acontecimentos inesperados. Talvez a FAB seja das poucas forças aéreas no mundo

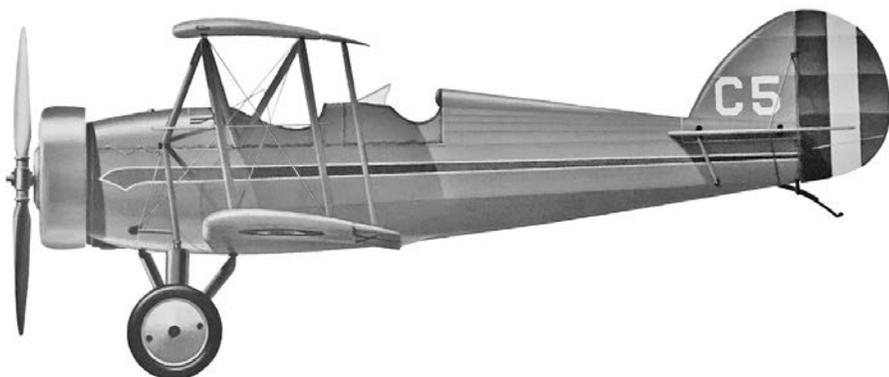
que, a despeito da inexistência de conflitos em sua região de influência, mantenha seu efetivo ativo, treinado e aprestado.

A gratidão das pessoas simples, cujo coração bate ao ouvir o ronco dos motores de seus aviões, é a melhor retribuição que um piloto do Correio Aéreo Nacional poderá receber pelo fiel cumprimento de sua nobre missão.

Curtiss Fledgling



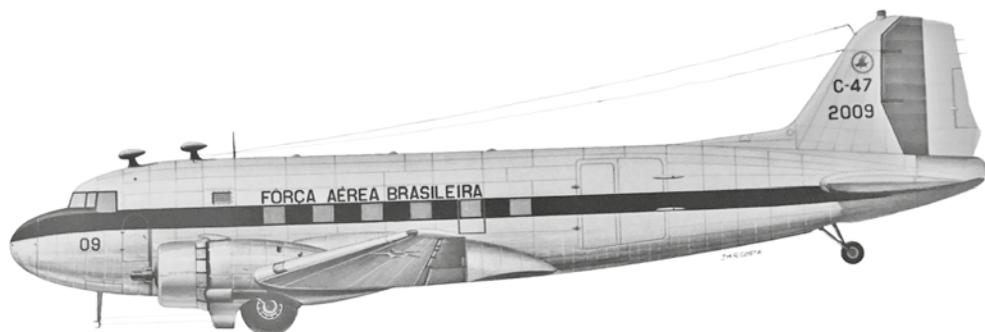
Waco CSO



Consolidated Vultee PBY-5 A



Douglas C-47A e C-47B



Bibliografia

CAMBESES JÚNIOR, Manuel. *A Saga do Correio Aéreo Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, [s. d.].

GANDRA, Mauro José Miranda. *Aviação de Combate: Uma Exigência do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ecomar, 1979.

MENDES, Stênio Mangy. *Correio Aéreo Militar e Naval*. Disponível em: <www.reservaer.com.br>. Acesso em: 17 fev. 2017.

SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. *A Saga do Correio Aéreo Nacional*. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica Editora, 1985.

SOUZA, José Garcia de. *A Epopeia do Correio Aéreo Nacional*. 2.ed. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica Editora, 1986.

Palestra pronunciada em 8 de novembro de 2016

Síntese da Conjuntura

Conjuntura econômica

Ernane Galvão
Ex-Ministro da Fazenda.

A taxa de juros Selic

Em um ligeiro acesso de bom senso, a diretoria do Banco Central decidiu ouvir o conselho dos melhores economistas do Brasil e baixar a taxa básica de juros Selic de 13,75% para 13%.

O Banco Central sempre teve em seus quadros os economistas mais capacitados para a formulação da política monetária. De longa data, porém, seus economistas foram inoculados pela vaidade de julgarem o Banco independente e autônomo em relação à política econômica do governo. Daí a manutenção da taxa real de juros nos níveis mais altos do mundo, sob o falso entendimento de que é essa absurda taxa de juros responsável pelo declínio da inflação. Ela é, sim, responsável por grande parte do desequilíbrio fiscal do governo, a julgar pelo peso calamitoso dos juros sobre a dívida pública.

Na linguagem do Banco Central, o Comitê entendeu que, diante do cenário atual, a convergência da inflação para a meta de 4,5%, “no ho-

rizonte relevante para a condução da política monetária (2017/2018), é compatível com a intensificação da flexibilização monetária.”

Ao que tudo indica, o Banco Central começa a enxergar o erro que vem praticando com a taxa Selic e, segundo analistas do mercado financeiro, podemos esperar que essa taxa vai chegar a menos de 10% (ainda alta) em dezembro. Aleluia.

Cada 1 ponto percentual da Selic representa um ganho anual de R\$21,4 bilhões sobre a dívida pública, podendo chegar a R\$57,4 bilhões no final deste ano.

O Banco Central acordou

A obviedade da política monetária equivocada, com a taxa básica de juros mais alta do mundo, acabou convencendo a diretoria do Banco Central de que estava marchando de passo errado, na contramão da política fiscal que pretende abrir caminho para amenizar a crise econômica. E na última reunião do Copom a Selic foi reduzida em 0,75%.

Com a economia brasileira em recessão, com queda de consumo e dos investimentos, o Banco Central teimou em manter a Selic em 14,25%, convicto de que essa esdrúxula decisão servia para combater a inflação. A queda recente da inflação, que vem acontecendo desde 2015, em verdade, não deve nada à atuação do Banco Central. Pelo contrário.

Aleluia

O mundo político brasileiro precisa arregimentar todas as forças positivas para evitar o caos e a desordem que ameaça bater às portas

do governo. Nesse sentido, sem dúvida, a decisão mais importante foi a reeleição do deputado Rodrigo Maia, no dia 2 de fevereiro, com o sentido de deixar claro o apoio ao governo Temer, a partir da aprovação das medidas que estão pendentes de decisão na Câmara.

Aleluia.

Pisando na bola

Em linguagem futebolística, pode-se dizer que o presidente Temer vem costurando uma linha de passes que pode levar o time do governo a fazer um gol de placa, ou seja, alcançar os resultados que objetiva para equilibrar as contas fiscais e ensaiar os primeiros passes para sair da crise e ganhar o jogo.

Mas, convenhamos, o governo nem sempre acerta e muitas vezes “pisa na bola”, como aconteceu com a escandalosa MP nº 765, que leva a um ajuste salarial que chega a incríveis 53% para oito categorias de servidores federais e bônus de produtividade para os auditores fiscais e analistas tributários da Receita Federal e auditores fiscais do Ministério do Trabalho. Pior ainda, todos esses bônus de produtividade e eficiência foram estendidos aos auditores e analistas aposentados e aos pensionistas, segundo informa o jornal *Valor*, em 7/1/17.

Enquanto isso, o salário dos professores da rede pública foi reajustado em 7,64%.

A posse de Trump

O governo Trump é uma incógnita e ninguém sabe como ele vai administrar: se na linha xenófoba de seus discursos de campanha ou sob a orientação do Partido Republicano e de seu moderado vice-presidente Mike Pence. Conforme acentuou o *Estado de S. Paulo*, “o mundo aguarda para saber qual Donald Trump exercerá a Presidência dos Estados Unidos: se aquele candidato boquirroto, inconsequente e irresponsável ou o político ciente do papel que representa. O Trump presidencial ou o Trump carnavalesco? (David Brooks, *The New York Times*).

O noticiário da imprensa diz que Trump assumiu “sob protestos”. Não é verdade. Pelo visto, alguns grupos de baderneiros encapuzados tentaram desviar as atenções da televisão, mas não conseguiram. Foram contidos – 90 presos – pela polícia de choque. Mais importante foi o protesto das mulheres, em Washington, New York e em 60 países.

Incertezas e preocupações

Ainda nem bem saído da crise de 2008, o mundo voltou a mergulhar em um clima de incertezas e preocupações, com a ascensão de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos e suas ameaças de agressiva política externa. A primeira vítima dessa política foi o México, acusado de tráfico de drogas e de uma imigração negativa, do ponto de vista do mercado de trabalho dos americanos.

O principal instrumento da ação de Trump, no comércio exterior, é a elevação das tarifas de importação. A primeira vítima é o México, seguido da China. O México não tem poder de retaliação, mas a China tem, o que pode dar início a uma guerra comercial de consequências

imprevisíveis. O Canadá, a Europa e outros países virão na sequência. Mas o Brasil, ao que tudo indica, está fora desse jogo perigoso.

O non-sense da antiglobalização

A globalização começou com as grandes navegações do século XV e a exploração das novas colônias de ultramar.

Na sequência histórica, veio a integração dos mercados internacionais nos campos da cultura e das ideias, no comércio de bens e serviços, no mercado financeiro e na transferência de tecnologia.

Começava, ao mesmo tempo, um processo de integração cultural que iria consolidar a globalização econômico-financeira e ganhar impulso com o surgimento das empresas multinacionais.

Nesse contexto, não faz sentido a reação de milhares de manifestantes que vão para as ruas protestar contra a globalização, por organizações de nítido caráter subversivo e anarquista, de ONGs, sindicatos, organizações político-ideológicas.

Eles quebram vitrines, incendiam automóveis e paralisam o trânsito com o propósito de perturbar as reuniões de cúpula, onde se debatem grandes problemas mundiais.

Tais protestos fazem lembrar a reação, muito mais lógica e legítima, daqueles trabalhadores ingleses desempregados do século XVIII, os “ludistas”, comandados por Ned Ludd, que invadiram as fábricas, quebraram máquinas e as atiraram ao rio, num movimento insensato, com que buscavam impedir a Revolução Industrial.

Esses ludistas modernos, que praticam o *non-sense* da antiglobalização, utilizando a violência, podem pensar que estão agindo contra o capitalismo da nova Revolução Industrial, mas, em verdade, estão agredindo a democracia e a civilização.

Trump e a globalização

A globalização foi, em geral, uma onda de liberação do comércio internacional, uma percepção de que a abertura das fronteiras nacionais produzia efeitos muito mais positivos do que o protecionismo. A redução ou a eliminação das barreiras tarifárias, contempladas nos acordos comerciais do Mercosul, do Nafta, do Mercado Comum Europeu ou o Acordo Transpacífico (TPP), dentro do conceito mais amplo da OMC, representou, na teoria e na prática, uma forma de ampliação dos mercados nacionais e de conseguir os ganhos de produtividade e competitividade derivados das vantagens comparativas.

A globalização pode ser dividida em duas fases: a primeira fase, quando a abertura comercial e de investimentos se processa entre os países do Ocidente, incluindo os Estados Unidos, a Europa e a América Latina e todos ganharam; a segunda fase começa com o ingresso e a expansão da China no comércio internacional, ampliando de maneira impressionante a demanda de alimentos a matérias-primas dos países emergentes, a preços elevados, e a oferta de produtos manufaturados a preços baixos, para os Estados Unidos e Europa, principalmente. Um verdadeiro choque de progresso e ganhos generalizados, principalmente a partir de 1990.

A crescente presença da China no mercado internacional representou um aumento da riqueza mundial e um significativo ganho econômico

para todos os lados. A China ingressou na OMC e caminhou para ser considerada “economia de mercado”.

Essa primeira fase se esgotou ou está se esgotando, na medida em que os produtos chineses de baixos custos, beneficiados principalmente pelos baixos salários dos trabalhadores chineses, foram conquistando os consumidores e ocupando o mercado de trabalho dos países importadores.

Essa mudança ficou visível, no Brasil, por exemplo, quando a China, de grande importadora de nossos produtos primários – soja, minério de ferro etc. passou a competir e a conquistar os incipientes mercados importadores de nossos produtos manufaturados, como a Argentina, o Uruguai, o Chile e muitos outros.

Nos Estados Unidos aconteceu a mesma coisa e, a partir de uma fase positiva, os produtos chineses baratos passaram a “roubar” os postos de trabalho dos americanos.

É aí que entra o discurso do presidente Trump e o alerta de que os Estados Unidos descobriram os efeitos negativos dessas trocas internacionais com países de baixo custo de produção, como o México e a China.

Isso explica seus primeiros pronunciamentos arrasadores, de que iria expulsar 11 milhões de imigrantes, impor pesadas barreiras às importações provenientes do México e da China, abandonar ou rever tradicionais acordos comerciais. Essa anunciada reação protecionista poderia ser o prenúncio de uma “guerra comercial”, que prejudicaria a todos os países.

Indaga-se, agora, se o presidente Trump irá cumprir suas ameaçadoras promessas de campanha. Ao que tudo indica, a julgar pelas primeiras nomeações de seu Ministério, parece que não. Até mesmo porque o Congresso e as instituições americanas são muito mais fortes e conservadores do que os arremedos de um presidente principiante.

Demarcação de terras indígenas

Na área indígena, o governo adotou uma drástica mudança na política do setor, com a publicação da Portaria nº 68 do Ministério da Justiça e Cidadania, de 14 de janeiro, que altera significativamente o processo de demarcação de terras indígenas em vigor, que tantos problemas têm causado. A Portaria, basicamente, transfere a atribuição de demarcar as terras indígenas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério, assessorado por um Grupo Técnico Especializado (GTE), ao qual caberá “fornecer subsídios para a decisão do ministro em assuntos que envolvam demarcação de Terra Indígena”.

O GTE será integrado por representantes da Funai, Consultoria Jurídica (do Ministério), Secretaria Especial de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

É importante salientar o § VI do artigo 4º da Portaria, que determina “o cumprimento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a demarcação de Terras Indígenas”, abrindo caminho para a consolidação do chamado “marco temporal” para as demarcações. O “marco temporal”, tão temido pelos indigenistas, estabelece que apenas poderão ser objeto de demarcações as terras efetivamente ocupadas pelos indígenas por ocasião da promulgação da Constituição de 1988.

Na direção certa

“O governo Temer está propondo à sociedade o aumento da produtividade média do trabalho. Aprovou no Congresso uma pequena revolução: o controle das despesas, o que parecia impossível diante da reação feroz do corporativismo que preda o Estado brasileiro. Ousou apresentar uma Reforma da Previdência que, no longo prazo, tem intenção republicana. Aprovou o projeto que institui a Base Curricular Nacional, abandonada no Congresso há 20 anos. Tenta estimular os investimentos em infraestrutura com a Medida Provisória 752, que precisará, respeitando a lei, de uma interpretação pragmática. Estimulou e sancionou a Lei das Estatais. Apoiou a aprovação da Lei Serra, que aumentará o apetite dos investimentos privados no setor de petróleo (como acabamos de ver no México). Com seu suporte, o Banco Central ancorou as expectativas de inflação e, agora, prepara-se para um maior protagonismo na solução do problema da alavancagem de crédito que nos aflige. Colocou em discussão uma modernização da legislação trabalhista que equilibra a força das partes na busca dos seus interesses. Instituiu um grupo de trabalho para ajustar à nova realidade a lei de falência. Aumentou, recentemente, a sua preocupação com medidas microeconômicas que reduzem a burocracia. Não foi pouco diante das vicissitudes políticas que vivemos!”

(**Delfim Netto** – *Valor* 24/1/2017)

Atividades econômicas

Uma possível recuperação mais sólida do ritmo de atividade econômica no setor de serviços do país ainda está relativamente distante. A CNC prevê que o setor deve fechar o ano de 2016 com perda de 4,9% em volume de receitas.

Segundo uma pesquisa divulgada em Davos, 57% dos executivos brasileiros estão muito confiantes no crescimento de suas companhias nos próximos 12 meses. Na média global, apenas 38% mostram a mesma confiança.

PIB e Investimentos

Cresce a percepção de que a capacidade de crescimento do Brasil será menor quando sair da maior recessão de sua história. Estima-se que, após crescer, em média, 2,5% ao ano desde a década de 1980, a tendência é que o Brasil cresça 1,5% ao ano daqui para frente.

A atividade econômica melhorou em novembro no Brasil, mas não o suficiente para indicar o fim da recessão. O IBC-Br subiu 0,2% em novembro ante outubro, na série com ajustes sazonais. Foi o primeiro avanço desde julho de 2016.

Indústria

A indústria brasileira encerrou o ano de 2016 em situação difícil, mas com perspectivas melhores que as do ano anterior. A produção industrial registrou queda em dezembro pelo quarto mês consecutivo, com recuo expressivo em relação a novembro, o que costuma acontecer no último mês do ano, quando encerra-se a produção para as vendas de Natal.

A indústria de cimento terá, em 2017, provavelmente, o pior ano de sua história. Se a expectativa de retração de 5% a 7% nas vendas internas do insumo se confirmar, a capacidade ociosa vai ultrapassar 50%, superando o recorde de 49%, registrado em 1984.

A decisão da Petrobras de retomar as obras na Unidade de Processamento de Gás Natural no Comperj, em Itaboraí, deve gerar 23,3 mil vagas na região. A estimativa inclui empregos diretos, impacto na cadeia de máquinas e equipamentos e serviços prestados.

Comércio

A intenção de consumo das famílias caiu 1,7% em janeiro deste ano, na comparação com o mesmo período do ano passado. A queda foi provocada principalmente pela piora na perspectiva de compra a prazo (-11,9%).

Apesar da primeira alta em três meses após a comparação mensal, o volume de receitas do setor terciário acusou em novembro sua vigésima queda na comparação anual. A CNC calcula uma queda de -4,9% em 2016.

O transporte aéreo de cargas no Brasil emenda três anos seguidos de retração. A recessão econômica e a carência de infraestrutura prejudicam o negócio.

Agricultura

Vem do Campo um dos mais sólidos motivos para se esperar que a economia deste ano seja melhor do que a dos dois últimos anos. A Conab divulgou nova estimativa para a safra 2016/2017, que deverá

atingir o recorde de 215,3 milhões de toneladas, favorecida por boas condições climáticas em todo o país. Estima-se uma colheita 15,3% maior do que a de 2015/2016.

O Banco do Brasil está ofertando um volume de R\$12 bilhões em recursos para o financiamento do pré-custeio da próxima safra, que começa oficialmente em 1º de julho deste ano.

Os estoques de alimentos e grãos gerenciados pelo governo caíram no ano passado. Volumes de milho, arroz, feijão, café, mandioca e outros diminuíram só um produto, o trigo, ficou estável. A Conab compra grãos e outros produtos quando há sobra e os preços estão abaixo de um nível mínimo.

Mercado de Trabalho

A crise econômica fez de 2016 mais um ano de destruição de empregos formais no Brasil. Foram extintas 1,32 milhão de vagas com carteira assinada no ano passado, o segundo pior resultado do Cadeg. Somando os resultados aos de 2015, já são 2,86 milhões a menos de postos considerados de maior qualidade.

A deterioração do mercado de trabalho no Brasil pode ser muito mais profunda do que indicam as pesquisas tradicionais. Segundo estudos realizados, o país está entre os recordistas globais do desemprego ampliado, ou seja, desempregados e pessoas que desistiram de procurar trabalho ou vivem de “bicos”. O Brasil apresenta uma taxa de 21,2% de desemprego ampliado, tendo sido o sexto maior resultado entre os países avaliados.

Sistema Financeiro

O perfil do endividamento do consumidor brasileiro no ano passado mostrou uma redução de 3,9% no número médio de famílias com dívidas. O percentual de endividados alcançou a média anual de 58,7% do total das famílias brasileiras.

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, declarou em Davos que a inflação está caminhando rumo à meta e a autoridade monetária pode contribuir com a volta do crescimento reduzindo os juros.

Depois de acelerar o ritmo de queda da taxa Selic, o Banco Central anuncia uma ampla reformulação e simplificação dos depósitos compulsórios, dinheiro que os bancos são obrigados a depositar no BC, parte sem nenhuma remuneração.

Inflação

A prévia oficial da inflação (IPCA-15) começou o ano endossando as previsões de uma desaceleração da taxa anual para mais perto do centro da meta do governo federal, que é de 4,5%. O índice de janeiro ficou em 0,31%, o mais baixo para o mês desde 1994.

O resultado apresentado pelo IPCA-15, juntamente com a estimativa de que a inflação em 12 meses fique abaixo dos 6%, favorecem a decisão do BC de afrouxar a política de juros.

Setor Público

A crise econômica fez com que a arrecadação brasileira encolhesse, nos últimos três anos, o equivalente a quase duas vezes o PIB do Paraguai. A perda de receita, em termos reais – ou seja, descontando-se

a inflação do período – alcançou R\$172 bilhões entre 2014 e 2016, agravando a crise fiscal do país.

As consequências da redução da taxa básica de juros devem ir além do estímulo ao crescimento econômico. Entre os efeitos positivos está a redução do custo de financiamento da dívida pública. O governo deve economizar até R\$75 bilhões com o pagamento de juros da dívida em 2017.

O governo deseja reformular o PAC, tornando-o mais enxuto e, para isso, vai se concentrar nas obras que podem ser concluídas até 2018. A meta é desembolsar mais R\$80 bilhões até o fim do ano que vem para terminar obras em andamento.

Setor Externo

O Brasil fechou 2016 com déficit de US\$23,51 bilhões em suas transações com o resto do mundo. O resultado, apesar de negativo, é menos da metade do observado em 2015 e representa o melhor desempenho desde 2007, quando o país teve superávit em conta-corrente de US\$408 milhões.

O investimento estrangeiro no Brasil cresceu 6% em 2016 em comparação com 2015. Entraram US\$78,9 bilhões na economia.

Em uma nova frente para ampliar mercados, os sócios do Mercosul lançam negociações para um acordo de livre comércio com o EFTA, bloco formado por quatro países europeus – Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein. Os países do EFTA não fazem parte da União Europeia, mas possuem alto poder aquisitivo e já representam o 11º principal mercado para as exportações brasileiras.

O presidente Trump começou a implementar sua agenda protecionista e oficializou, por decreto, a saída dos Estados Unidos da Parceria Transpacífico (TPP). Com participação de 40% do PIB mundial, o acordo comercial negociado durante oito anos por Barack Obama fazia parte de uma estratégia para aumentar a influência americana na Ásia.

Na Europa, a Suprema Corte britânica determinou que a saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit, deve ser submetida ao Parlamento. Essa decisão contraria as expectativas da primeira-ministra Theresa May.

O presidente da China, Xi Jinping, defendeu vigorosamente a globalização e a abertura de mercados na primeira sessão plenária da reunião do Fórum Econômico Mundial, em Davos. Reafirmou o compromisso chinês com a integração internacional por meio das trocas e do investimento.



2014-2018

Presidente

Antonio Oliveira Santos

Vice-Presidente Administrativo

Darci Piana

Vice-Presidentes

1º Josias Silva de Albuquerque
2º José Evaristo dos Santos
3º Laércio José de Oliveira
Abram Abe Szajman
Adelnir Araújo Santana
Carlos de Souza Andrade
José Marconi Medeiros de Souza
José Roberto Tadros
Lázaro Luiz Gonzaga
Luiz Carlos Bohn
Luiz Gastão Bittencourt da Silva

Vice-Presidente Financeiro

Luiz Gil Siuffo Pereira

Diretores-Secretários

2º Bruno Breithaupt
3º Wilton Malta de Almeida

Diretores Tesoureiros

2º Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues
3º José Lino Sepulcri

Diretores

Aldo Carlos de Moura Gonçalves
Alexandre Sampaio de Abreu
Ari Faria Bittencourt
Carlos Fernando Amaral
Daniel Mansano
Edison Ferreira de Araújo
Eliezir Viterbino da Silva
Euclides Carli
Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante

Diretores

Itelvino Pisoni
José Arteiro da Silva
Leandro Domingos Teixeira Pinto
Marcelo Fernandes de Queiroz
Paulo Sérgio Ribeiro
Pedro José Maria Fernandes Wähmann
Raniery Araújo Coelho
Sebastião de Oliveira Campos

Conselho Fiscal

Domingos Tavares de Souza

José Aparecido da Costa Freire

Valdemir Alves do Nascimento

Suplentes da Diretoria

Abel Gomes da Rocha Filho
Aderson Santos da Frota
Alex de Oliveira da Costa
André Luiz Roncatto
Antonio Lopes da Trindade
Armando Vergílio dos Santos Junior
Carlos Marx Tonini
Célio Spagnoli
Diocesmar Felipe de Faria
Edgar Segato Neto
Expedito Edilson Mota Borges

Fernando Flávio Madruga de Oliveira Lima
Francisco Maia Farias
Hugo de Carvalho
Isabel Cristina Vidal Ineu
Ivo Dall'acqua Júnior
Jeferson Furlan Nazario
João Elvécio Faé
José Gilton Pereira Lima
José Marcos de Andrade
Ladislau Pedroso Monte
Liliana Ribas Tavarnaro

Lúcio Emílio de Faria Júnior
Luso Soares da Costa
Manoel Jorge Vieira Colares
Marcio Olívio Fernandes da Costa
Miguel Setembrino Emery de Carvalho
Mitri Moufarrege
Paulo Miranda Soares
Rubens Torres Medrano
Rudi Marcos Maggioni
Valdir Pietrobon
Zildo de Marchi

Suplentes do Conselho Fiscal

Ademir dos Santos

Marcelino Ramos Araújo

Odair de Jesus Conceição

Carta Mensal